

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 26 de setembro de 2024 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em duas controladas e uma coligada como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Abaixo reproduzimos os comentários individuais das nossas controladas Springs Global Participações e Companhia de Tecidos Santanense.

Coligada:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.



Resultados 2T23

04 de setembro de 2024



Springs Global: Alongamento da dívida, acordo com os sindicatos para a reestruturação e pedido de recuperação judicial

São Paulo, 04 de setembro de 2024 - A Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial (Springs Global), empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, apresentou receita líquida de R\$ 168,2 milhões no segundo trimestre de 2023 (2T23), com margem bruta de 10,0%.

Os principais destaques do 2T23 foram:

Receita líquida: R\$ 168,2 milhões, -47,0% em relação ao segundo trimestre de 2022 (2T22)

Receita *sell-out*^(b) do Varejo: R\$ 159,7 milhões, -3,3% entre anos, com aumento de 8,3% da receita *sell-out* das lojas físicas

Lucro bruto: R\$ 16,8 milhões, com margem bruta de 10,0%, com redução de 8,0 p.p. em relação ao 2T22

Receita líquida do Atacado: R\$ 87,6 milhões, com crescimento de 8,6% entre trimestres

Provisões e baixas contábeis: R\$ 247,4 milhões

Renegociação do passivo financeiro, com redução de R\$ 464,2 milhões da parcela a pagar em 2023, dos quais R\$ 324,7 milhões com vencimento a partir de 2026

Resultado operacional: - R\$ 342,1 milhões

Acordo com os sindicatos dos trabalhadores da controlada Coteminas S.A. - em Recuperação Judicial, em julho de 2023, para redução do quadro de funcionários em 28,6%, com pagamento dos custos rescisórios em até 12 parcelas

EBITDA ajustado^{(a),1}: - R\$ 145,5 milhões, *versus* - R\$ 29,5 milhões no 2T22

Pedido de recuperação judicial realizado em maio de 2024, com aprovação em julho de 2024

¹ Ver reconciliação na tabela 4

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).



Desempenho Consolidado

Recuperação Judicial

Em 7 de maio de 2024, a Springs Global e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a controlada Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial (Coteminas) e outras empresas do Grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta Ammo Varejo S.A. – em Recuperação Judicial (AMMO) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende excutir as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada Coteminas e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada Coteminas, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia, de forma consolidada, incluídos no pedido de recuperação judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	R\$ milhões
Trabalhista	106,1
Garantia Real	379,1
Quirografário	344,7
ME e EPP	8,5
Não sujeito	597,7
Fiscal	410,5

	1.846,7
	=====

Com a concessão do pedido formulado a Companhia e suas controladas entendem que conseguirão a reestruturação financeira e de todas as empresas do Grupo.

Eventos subsequentes

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 28. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Financeiras relativas a 30 de julho de 2023

Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada Coteminas firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada Coteminas a ter 4.272 funcionários no Brasil.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada Coteminas incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$ 81,7 foram incluídos na recuperação judicial. Em 30 de junho de 2023, estão provisionados R\$ 42,9 milhões na rubrica “Provisão para reestruturação” no passivo circulante que era o valor correspondente aos 1.709 funcionários.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após junho de 2023 até maio de 2024, a controlada Coteminas complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$ 68,3 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada Coteminas com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em “Propriedades para Investimento”.

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$ 510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$ 274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 25 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$ 2,4 milhões e R\$ 4,6 milhões, respectivamente, já reconhecidas nestas informações trimestrais.

Repactuação de empréstimos e financiamentos

As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2023.

Entre dezembro de 2023 e junho de 2024, a controlada Coteminas repactou dívidas no montante (i) de R\$ 20,7 milhões com Banco ABC, (ii) de R\$ 499,7 milhões com Banco do Brasil, (iii) de R\$ 3,6 milhões com Banco Safra, (iv) de R\$ 23,8 milhões com Banco Daycoval, e (v) de R\$ 21,6 milhões com Banco Fibra.

Em março de 2024, a controlada Coteminas entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$ 11,3 milhões, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$ 19,1 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias. Adicionalmente, entregou imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco Sofisa no valor de R\$ 27,9 milhões. Nesta operação houve um ganho de R\$ 25,8 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em março de 2024, a controladora Companhia Tecidos Norte de Minas – em Recuperação Judicial (CTNM) realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$ 22,0 milhões, a ser realizado da seguinte forma: (i) Justiça do Trabalho de Blumenau (R\$ 11,3 milhões); (ii) Banco Bradesco (R\$ 2,0 milhões); e (iii) Coteminas (R\$ 8,8 milhões).

Em maio de 2024, algumas empresas do grupo (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$ 64,3 milhões (R\$ 21,6 milhões em empréstimos da controlada Coteminas).



Debêntures AMMO

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada Coteminas notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO e a controlada Coteminas, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a Companhia e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada Coteminas, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada Coteminas juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$ 3,75 milhões até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$ 34,5 milhões até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures.

Venda imóvel Vinhedo

Em Outubro de 2023, a controladora CTNM alienou o imóvel de Vinhedo, que funciona com escritório e centro de distribuição da AMMO, para a controlada Coteminas, pelo valor justo contabilizado de R\$ 63,8 milhões, através de saldos de mútuos entre as empresas.

Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 168,2 milhões no 2T23, 47,0% inferior à do 2T22 e estável entre trimestres.

A linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)^(c) foi responsável por 49% da receita no 2T23, e produtos intermediários^(d) por 2%. A receita do Varejo contribuiu com 49% da receita total no 2T23.

A receita de Cameba foi de R\$ 82,2 milhões no 2T23, 53,4% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior, com redução de 64,6% de volume de vendas, parcialmente compensado pela ampliação de 31,4% do preço médio em função do *mix* de vendas. Em relação ao primeiro trimestre de 2023 (1T23), houve um crescimento de 7,7% da receita de Cameba.

A receita de produtos intermediários somou R\$ 2,7 milhões no 2T23, com redução de 94,6% entre anos.

A receita líquida de varejo somou R\$ 82,7 milhões, com redução de 7,8% entre anos. A receita *sell-out* do varejo totalizou R\$ 159,7 milhões no 2T23, com redução de 3,3% entre anos, com a redução de 46,1% na receita *sell-out* do e-commerce compensada pela ampliação de 8,3% na receita *sell-out* das lojas físicas.

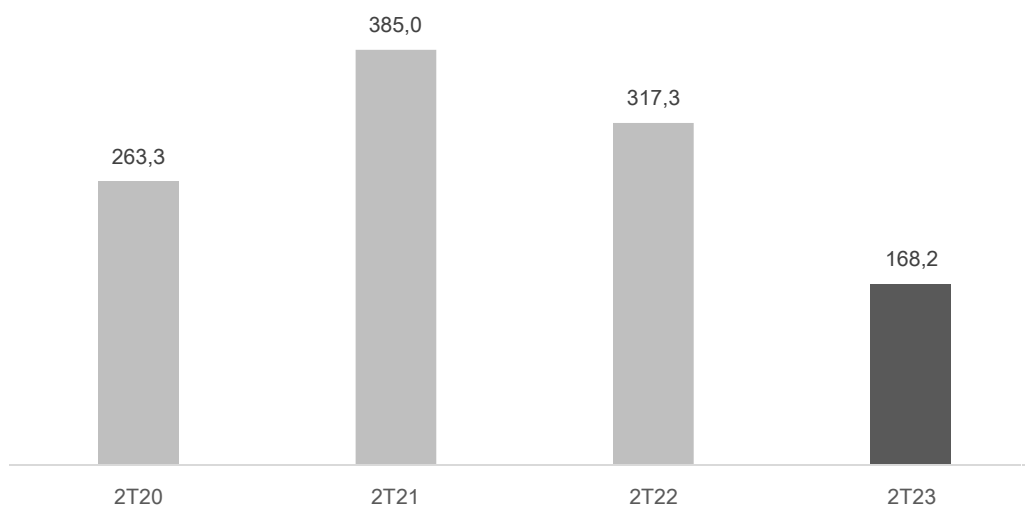


Gráfico 1 – Receita Líquida, em R\$ milhões

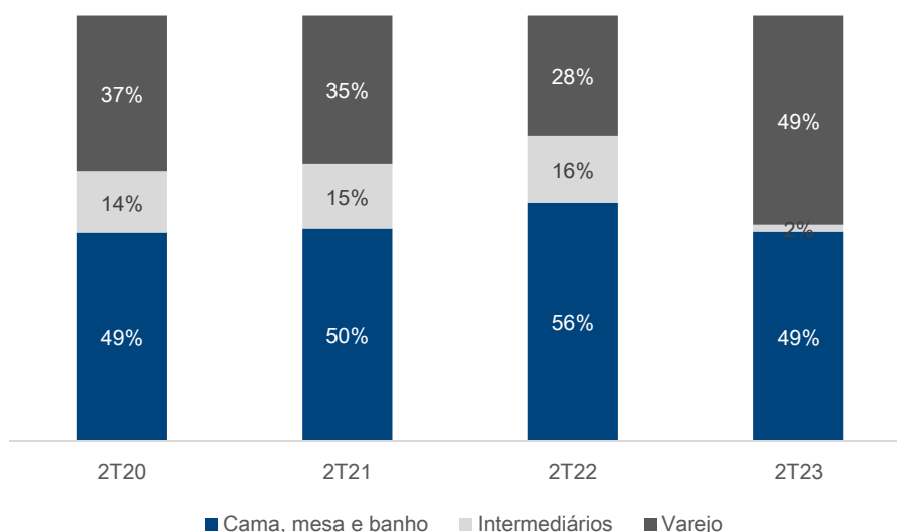


Gráfico 2 – Distribuição da receita por tipo de produto

Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 97,4 milhões no 2T23, com redução de 60,0% em relação ao mesmo período de 2022, em função principalmente do menor volume de vendas e da classificação de parte do custo de conversão como custo de ociosidade, representando 57,9% da receita líquida, ante 76,7% no 2T22 reclassificado.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 42,7 milhões no 2T23, denominados custos de materiais, com decréscimo de 69,2% entre anos, devido, principalmente, ao menor volume de vendas. O preço médio do algodão, nossa principal matéria-prima, reduziu 46,3% em reais, entre anos, no 2T23.

Preço do algodão - CEPEA / ESALQ
em centavos de Reais por libra-peso

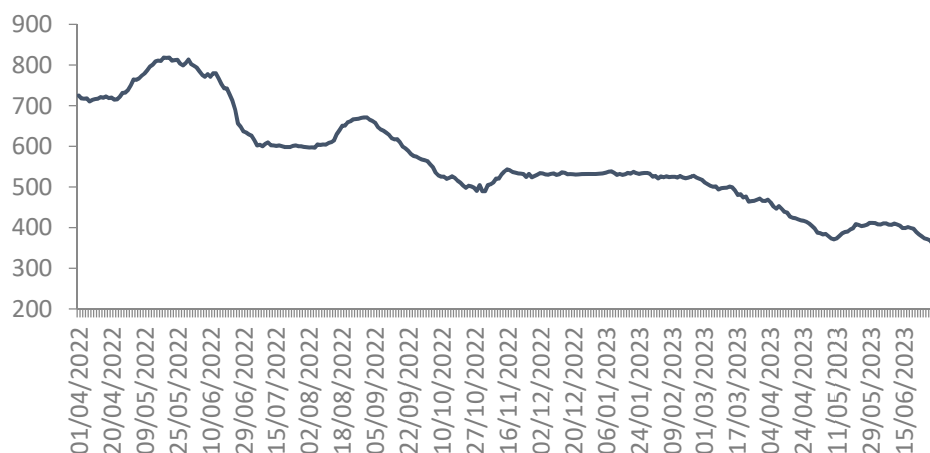


Gráfico 3 – Preço de algodão, fonte CEPEA

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão de obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 40,8 milhões no 2T23, com redução de 53,9% entre anos, uma vez que parte do custo de conversão foi classificado como custo de ociosidade, devido às paradas programadas em algumas unidades fabris. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção e, portanto, não são considerados no custo de produtos acabados, contabilizados nos “estoques”, e, conseqüentemente, sem impacto nos resultados futuros da Companhia.

O custo de ociosidade e outros somou R\$ 54,0 milhões no 2T23, *versus* R\$ 17,0 milhões no 2T22 reclassificado e R\$ 71,9 milhões no 1T23.

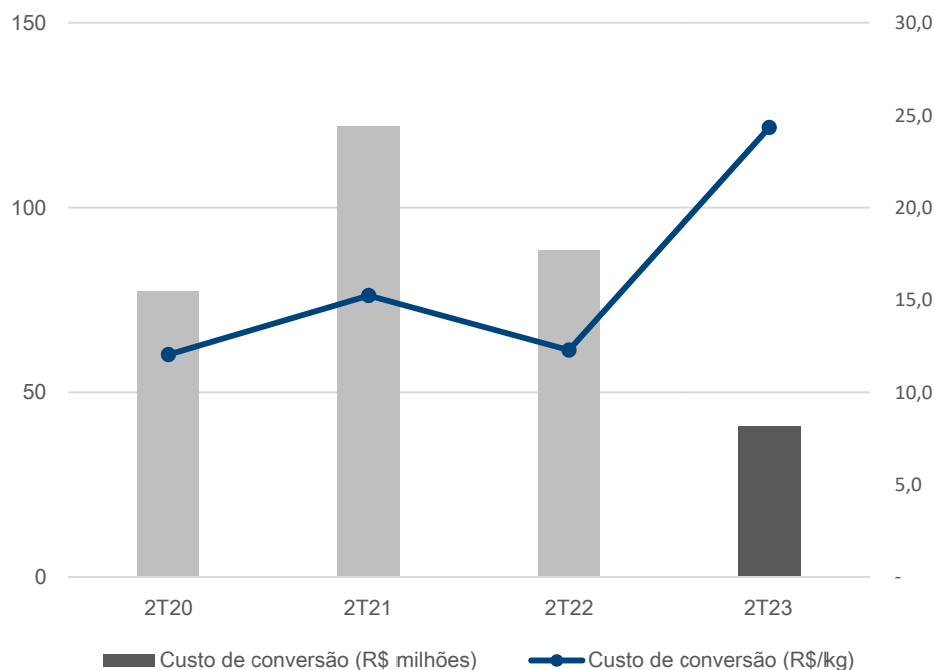


Gráfico 4 – Custo de conversão

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 13,9 milhões no 2T23, com redução de 14,7% entre anos.

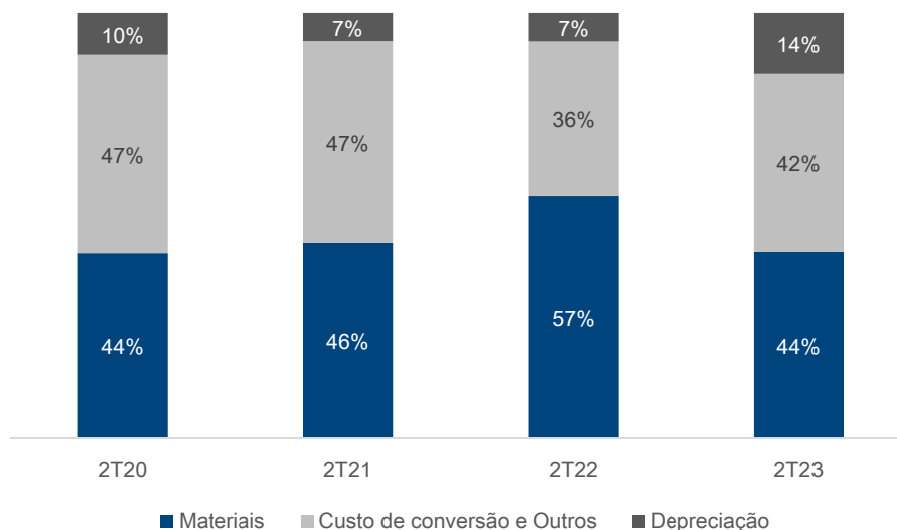


Gráfico 5 – Distribuição do CPV

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 77,0 milhões no 2T23, com redução de 10,6% entre anos, representando 45,8% da receita líquida, ante 27,1% no 2T22. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 35,5 milhões no 2T23, com redução de 7,9% entre anos, sendo equivalentes a 21,1% da receita líquida, *versus* 12,2% no mesmo período do ano anterior.

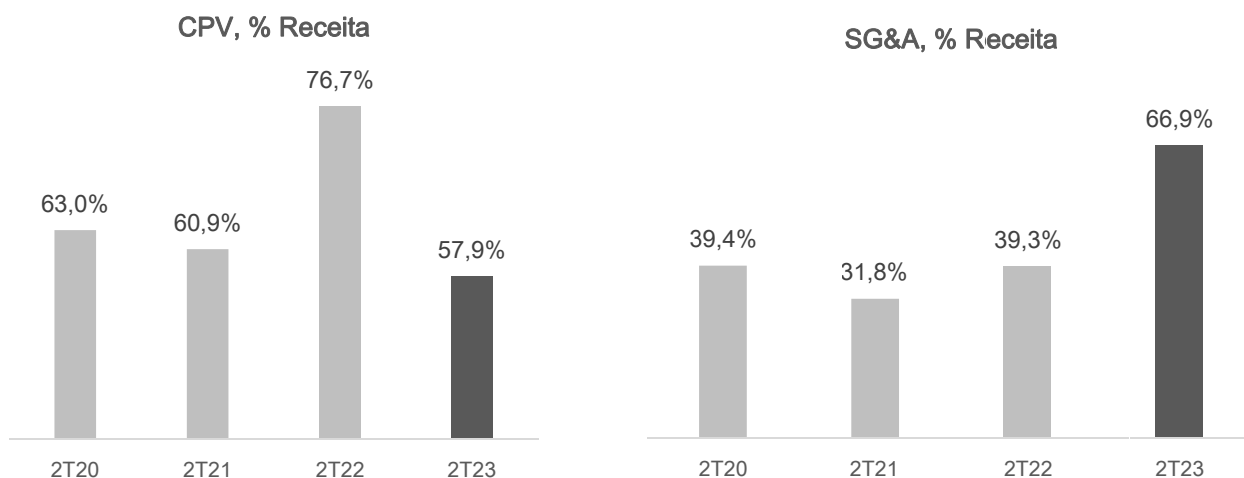


Gráfico 6 – CPV e SG&A, como % receita líquida

Outras, líquidas

Provisão para reestruturação

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada Coteminas firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento. Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorrerá em até 90 dias, passando a Coteminas a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$ 42,9 milhões, e serão pagos em até 12 parcelas, e estão provisionados na rubrica “Provisão para reestruturação” no passivo circulante em 30 de junho de 2023, com impacto do mesmo valor no resultado operacional do 1T23.

Baixa precatórios, líquidos

Em fevereiro de 2023, a controlada Coteminas firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios, relativos aos direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, com o Banco Safra, pelo montante de R\$ 23,2 milhões. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada Coteminas tratava a operação como um empréstimo, e manteve ambos saldos registrados no balanço. Devido a situação atual da controlada Coteminas, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$ 62,6 milhões, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”.

Baixo ágio de controlada

Em 30 de junho de 2023, devido aos recorrentes prejuízos na controlada indireta AMMO, foi efetuada a baixa do ágio da aquisição do investimento, no valor de R\$ 27,3 milhões para o resultado, apresentado na rubrica “Outras, líquidas – baixa ágio de controlada”.

Provisão para desvalorização de ativos

A provisão para desvalorização de ativos permanentes somou R\$ 6,9 milhões no 2T23, enquanto a desvalorização de outros investimentos totalizou R\$ 107,6 milhões.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a AMMO decidiu pelo fechamento de 25 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor total de R\$ 6,9 milhões, reconhecidas nestas informações trimestrais.

Em 2023 e 2024, ocorreram dois eventos de aumento de capital na Keeco que impactaram a participação acionária da Springs Global US na Keeco. Nesses dois eventos, a Springs Global US teve a opção de comprar ações adicionais da Keeco para evitar diluição (“preemptive rights”). A Springs Global US decidiu não comprar essas ações adicionais e teve a sua participação reduzida de 4,51% para 0,8% das ações ordinárias da Keeco.

Em março de 2024, a Springs Global US recebeu o orçamento atualizado da Keeco para o ano de 2024 e verificou redução na projeção do EBITDA ajustado quando comparado com as projeções apresentadas em anos anteriores. Com essa redução, e com a diluição mencionada acima, a administração da Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar, em junho de 2023, um complemento da provisão para perda no valor de R\$ 107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, e consequentemente a baixa do imposto diferido no valor de R\$ 14,9 milhões (US\$ 3,0 milhões).

Outras, líquidas

“Outras, líquidas” incluem, entre outros, a variação do valor justo das propriedades para investimento e os custos legados que permaneceram na Springs Global US, que englobam despesas com *leasing* financeiro, planos de aposentadoria e benefícios.

“Outras, líquidas” foram receita líquida de R\$ 1,1 milhão no 2T23, ante receita líquida de R\$ 3,5 milhões no 2T22.

Em maio de 2023 a controlada Coteminas alienou direitos creditórios que estavam em disputa judicial desde novembro de 2014, por valor inferior ao valor contábil em R\$ 20,8 milhões, que foram registrados como provisão para perdas em ativos, com impacto negativo em “Outras, líquidas” no resultado do 1T23 e do primeiro semestre de 2023 (1S23).

A Springs Global US teve resultado negativo de R\$ 2,8 milhões no 2T23, *versus* valor negativo de R\$ 2,3 milhões no 2T22, antes de impostos.

Propriedades para investimento

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 3,0 milhões no 2T23, ante R\$ 2,9 milhões no 2T22, oriundas do *Power Center*.

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 524,0 milhões e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante; (iii) os imóveis de Montes Claros; e (iv) imóvel de Acreúna.

Indicadores financeiros

O lucro bruto foi R\$ 16,8 milhões no 2T23, com margem bruta de 10,0%, com redução de 8,0 p.p. entre anos.

O resultado operacional foi negativo R\$ 342,1 milhões no 2T23, com redução de R\$ 277,8 milhões entre anos, devido principalmente à provisões e baixas contábeis de R\$ 247,4 milhões e redução de R\$ 40,1 milhões do lucro bruto, parcialmente compensada pela redução de R\$ 21,2 milhões das despesas de SG&A.

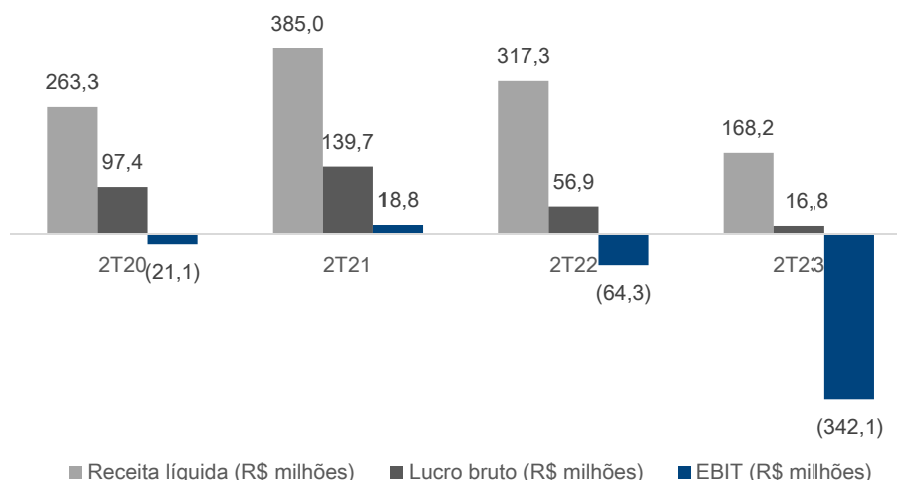


Gráfico 7 – Indicadores financeiros, em R\$ milhões

O EBITDA ajustado foi negativo R\$ 145,5 milhões no 2T23, *versus* negativo R\$ 29,5 milhões no 2T22. A margem EBITDA ajustado foi de -86,5%, *versus* -9,3% no 2T22.

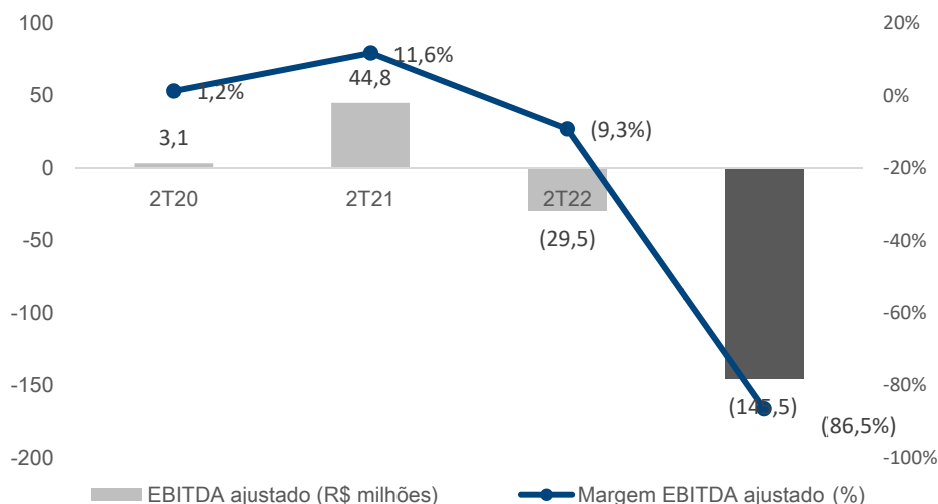


Gráfico 8 – EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

Os investimentos de capital somaram R\$ 3,8 milhões no 2T23, *versus* R\$ 2,0 milhões no 2T22.

As necessidades de capital de giro totalizaram R\$ 202,0 milhões no final do 2T23, 67,5%, ou R\$ 419,3 milhões, inferior entre anos, devido principalmente à redução de duplicatas a receber (R\$ 204,4 milhões) e de estoques (R\$ 187,0 milhões).

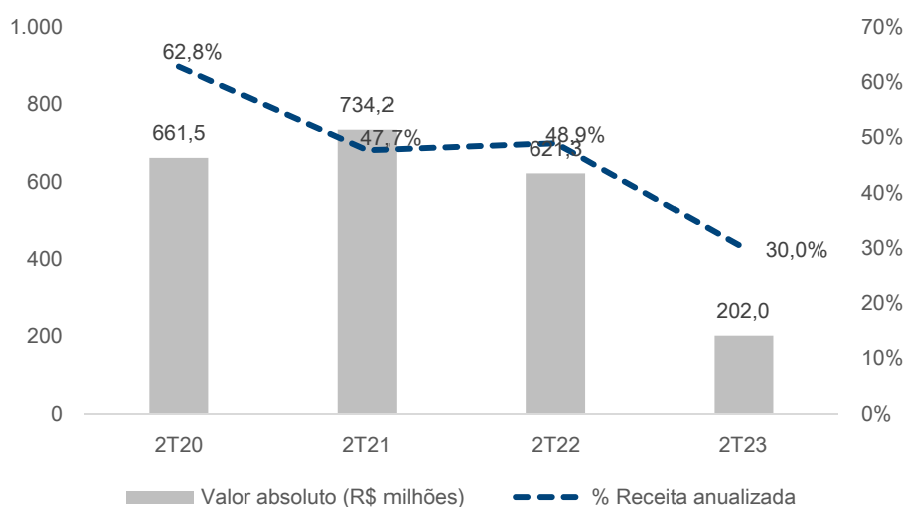


Gráfico 9 – Capital de giro, no final do período

Nossa posição de dívida líquida ajustada^(e) era de R\$ 692,4 milhões em 30 de junho de 2023, ante R\$ 672,5 milhões em 31 de março de 2023. Fizemos amortizações de R\$ 132,4 milhões, e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 112,4 milhões no 2T23.

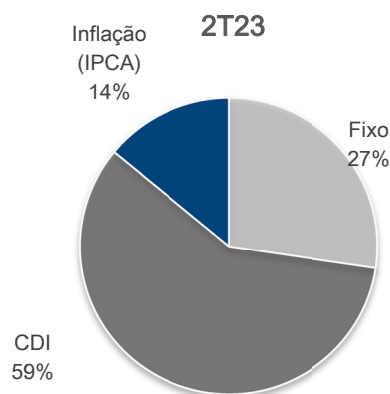


Gráfico 10 – Dívida Bruta por indexador

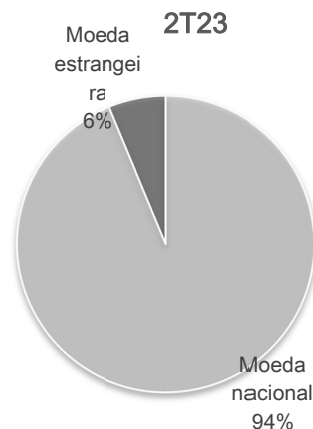


Gráfico 11 – Dívida Bruta por moeda

Em maio de 2023, a Companhia renegociou seus passivos financeiros totalizando R\$ 717,3 milhões, com a repactuação dos vencimentos após março de 2023, totalizando R\$ 464,2 milhões, dos quais R\$ 324,7 milhões com vencimento a partir de 2026.

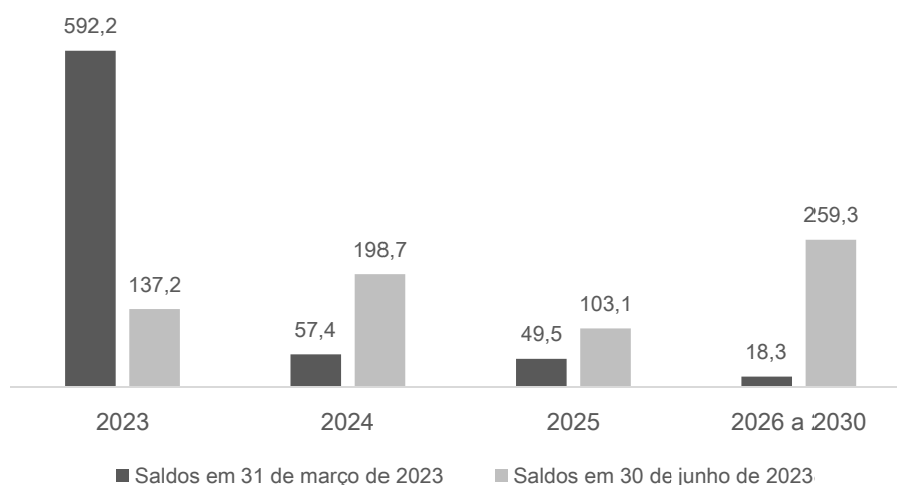


Gráfico 12 – Alongamento de empréstimos

Em 30 de junho de 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros, as parcelas de longo prazo das debêntures da controlada Coteminas, no valor de R\$ 129,8 milhões, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento de certos covenants não pecuniários, a Coteminas está adimplente com suas obrigações contratuais.

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 98,1 milhões no 2T23, permanecendo estável entre anos. Tivemos prejuízo de R\$ 455,3 milhões no 2T23.



Desempenho por Segmento de Negócio

Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 85,4 milhões no 2T23, com redução de 62,5% entre anos e com crescimento de 5,8% entre trimestres.

O CPV totalizou R\$ 57,7 milhões no 2T23, com redução de 70,7% entre anos, em função, principalmente, do menor volume de vendas e da classificação de parte do custo de conversão como custo de ociosidade.

Houve redução das operações, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade e outros igual a R\$ 54,0 milhões, *versus* R\$ 17,0 milhões no 2T22 reclassificado e R\$ 71,9 milhões no 1T23.

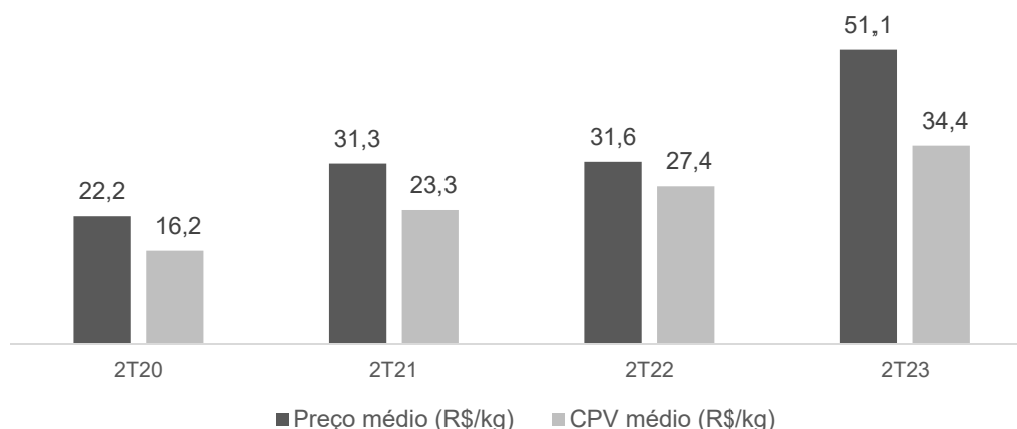


Gráfico 13 – Evolução do Preço e CPV unitários do segmento de negócio Atacado

O prejuízo bruto foi de R\$ 26,3 milhões, com margem bruta de -30,8%, *versus* 5,9% no 2T22. As despesas de SG&A somaram R\$ 48,6 milhões, com redução de 29,9% entre anos.

O EBITDA ajustado foi negativo R\$ 21,7 milhões no 2T23, *versus* - R\$ 27,7 milhões no 2T22. Margem EBITDA ajustado foi igual a -25,4% no 2T23, *versus* -12,2% no 2T22.

Varejo

A receita *sell-out* (GMV) totalizou R\$ 159,7 milhões no 2T23, com redução de 3,3% entre anos. A receita de lojas físicas (GMV) totalizou R\$ 140,7 milhões, com aumento de 8,3% entre anos.

A receita do *e-commerce* (GMV) somou R\$ 19,0 milhões, representando 12% da receita *sell-out* (GMV) do Varejo, *versus* 21% no 2T22, com redução de 46,1% entre anos.

No final do 2T23, tínhamos 250 lojas, das quais 75 próprias e 175 franquias, ante 240 lojas no 2T22.

A receita líquida somou R\$ 82,8 milhões, com redução de 7,7% entre anos. A marca Santista, que tem foco no público de menor renda e que possui apenas loja online, apresentou maior redução de receita, de 22,4%.

O CPV totalizou R\$ 39,7 milhões no 2T23, com redução de 14,3% entre anos, devido ao menor volume de vendas.

As despesas de SG&A somaram R\$ 60,2 milhões, com ampliação de 18,0% entre anos.

O EBITDA ajustado foi igual a R\$ 13,5 milhões negativo no 2T23, *versus* R\$ 1,1 milhão no 2T22. A margem EBITDA ajustado foi de -16,3%, *versus* 1,2% no 2T22.

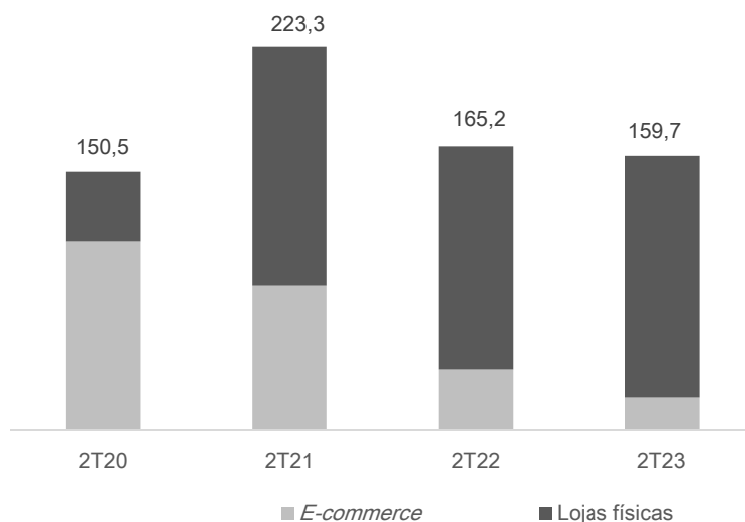


Gráfico 14 – Receita *sell-out* do varejo, em R\$ milhões

Desempenho da ação

As ações da Springs Global, negociadas na B3 sob o código SGPS3, apresentaram valorização de 181,3% no 2T23, com desempenho superior ao do Ibovespa e ao do Índice Small Cap no mesmo período. Nossa ação registrou uma liquidez média diária de R\$ 1,6 milhão no 2T23, *versus* R\$ 0,3 milhão no 2T22. A Springs Global tinha valor de mercado (market cap) de R\$ 157,5 milhões, com preço da ação igual a R\$ 3,15, em 30 de junho de 2023.

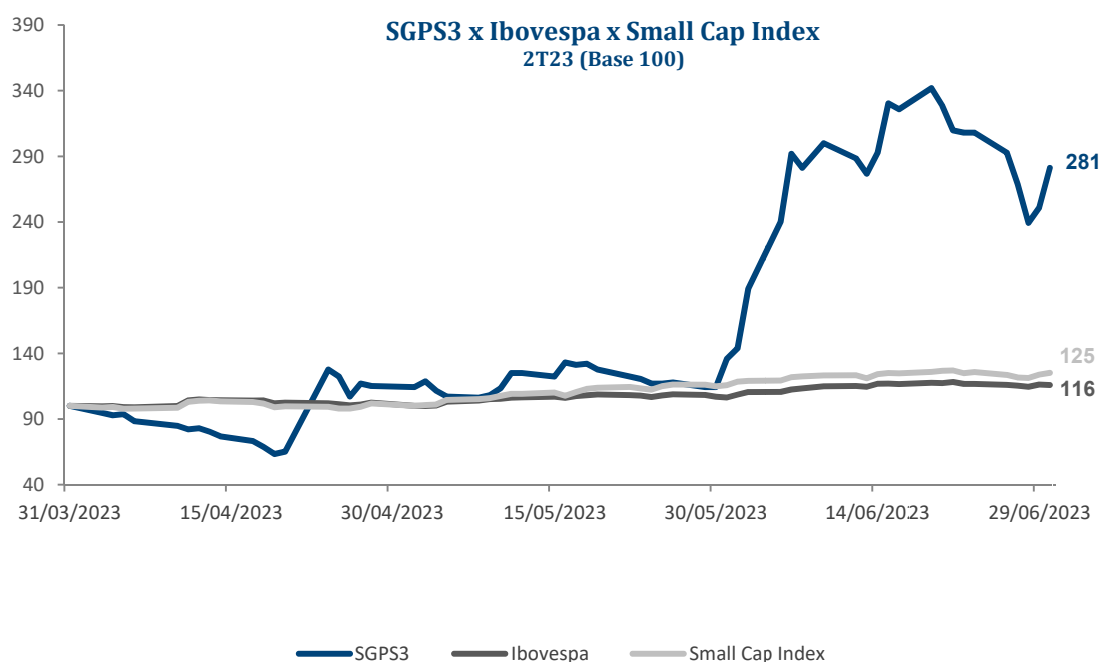


Gráfico 15 – Desempenho da ação SGPS3



Indicadores financeiros

Tabelas

Tabela 1 – Receita Líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	2T23	%	2T22	%	(A)/(B)	1S23	%	1S22	%	(C)/(D)
	(A)		(A)		%	(C)		(D)		%
Atacado	87,6	52%	227,6	72%	(61,5%)	168,3	50%	511,4	73%	(67,1%)
Varejo	80,6	48%	89,7	28%	(10,1%)	171,2	50%	187,2	27%	(8,5%)
Receita líquida total	168,2	100%	317,3	100%	(47,0%)	339,5	100%	698,6	100%	(51,4%)

Tabela 2 – Receita Líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton)			Preço médio (R\$/Kg)		
	2T23	2T22	(A)/(B)	2T23	2T22	(C)/(D)	2T23	2T22	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	82,8	177,7	(53,4%)	1.379	3.890	(64,6%)	60,0	45,7	31,4%
Produtos intermediários	2,7	49,9	(94,6%)	297	3.305	(91,0%)	9,1	15,1	(39,8%)
Varejo	82,7	89,7	(7,8%)						
Total	168,2	317,3	(47,0%)	1.676	7.195	(76,7%)	100,4	44,1	127,6%

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton)			Preço médio (R\$/Kg)		
	1S23	1S22	(A)/(B)	1S23	1S22	(C)/(D)	1S23	1S22	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	159,7	391,6	(59,2%)	2.676	8.147	(67,2%)	59,7	48,1	24,2%
Produtos intermediários	6,5	119,8	(94,6%)	658	7.462	(91,2%)	9,9	16,1	(38,5%)
Varejo	173,3	187,2	(7,4%)						
Total	339,5	698,6	(51,4%)	3.334	15.609	(78,6%)	101,8	44,8	127,5%

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV) e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) por natureza

Em R\$ milhões	2T23	%	2T22	%	(A)/(B)	1S23	%	1S22	%	(C)/(D)
	(A)		(B)		%	(C)		(D)		%
Materiais	42,7	43,8%	138,7	57,0%	(69,2%)	91,6	43,2%	275,6	56,7%	(66,8%)
Custo de conversão e Outros	40,8	41,9%	88,4	36,3%	(53,9%)	92,8	43,7%	179,1	36,9%	(48,2%)
Depreciação	13,9	14,3%	16,3	6,7%	(14,7%)	27,7	13,1%	31,2	6,4%	(11,2%)
CPV	97,4	100,0%	243,4	100,0%	(60,0%)	212,1	100,0%	485,9	100,0%	(56,3%)
CPV, % Receita	57,9%		76,7%		(18,8 p.p.)	62,5%		69,5%		(7,1 p.p.)
Custo de ociosidade e outros	54,0		17,0		217,3%	125,8		32,2		290,3%
Despesas de vendas	77,0	68,4%	86,1	69,1%	(10,6%)	133,6	64,9%	162,6	69,4%	(17,8%)
Despesas gerais e administrativas	35,5	31,6%	38,6	30,9%	(7,9%)	72,3	35,1%	71,8	30,6%	0,7%
SG&A	112,6	100,0%	124,7	100,0%	(9,7%)	205,9	100,0%	234,4	100,0%	(12,2%)
SG&A, % Receita	57,3%		39,3%		18,0 p.p.	55,9%		33,6%		22,3 p.p.

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA

Em R\$ milhões	2T23	2T22	(A)/(B)	1S23	1S22	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Lucro (prejuízo) líquido	(455,3)	(160,6)	n.a.	(667,3)	(225,4)	n.a.
(+) Imposto de renda e contribuição social operação	15,1	0,1	n.a.	15,3	0,2	n.a.
(+) Resultado financeiro operação	98,1	96,2	1,9%	180,0	174,3	3,2%
(+) Depreciação e amortização	23,5	24,8	(5,4%)	47,7	49,5	(3,8%)
EBITDA	(318,6)	(39,5)	n.a.	(424,4)	(1,3)	n.a.
(-) Resultado de venda de ativo	(0,6)	(1,5)	n.a.	(1,5)	(1,5)	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	16,2	11,4	n.a.	16,2	11,4	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	114,5	-	n.a.	135,3	-	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	42,9	-	n.a.	42,9	-	n.a.
EBITDA ajustado	(145,5)	(29,5)	n.a.	(231,4)	8,6	n.a.

Tabela 5 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Em R\$ milhões	2T23	2T22	(A)/(B)	1S23	1S22	
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Atacado	(193,3)	(39,1)	n.a.	(298,3)	(6,1)	n.a.
Varejo	(15,6)	1,1	n.a.	(14,1)	10,0	n.a.
Despesas não alocáveis	(109,8)	(1,5)	n.a.	(112,1)	(5,3)	n.a.
EBITDA	(318,6)	(39,5)	n.a.	(424,4)	(1,3)	n.a.
EBITDA ajustado	(145,5)	(29,5)	n.a.	(231,4)	8,6	n.a.
Margem EBITDA %	(189,5%)	(12,4%)	(177,0 p.p.)	(125,0%)	(0,2%)	(124,8 p.p.)
Margem EBITDA ajustado %	(86,5%)	(9,3%)	(77,2 p.p.)	(68,2%)	1,2%	(69,4 p.p.)

Tabela 6 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	2T23	2T22	(A)/(B)	1S23	1S22	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Receitas financeiras	21,4	15,1	41,5%	42,5	28,2	50,7%
Despesas financeiras - juros e encargos	(76,2)	(65,5)	16,2%	(156,3)	(126,4)	23,6%
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(39,7)	(33,6)	18,2%	(58,5)	(65,8)	(11,1%)
Juros sobre arrendamentos	(2,3)	(2,9)	(21,4%)	(4,8)	(6,3)	(23,5%)
Resultado financeiro, ex-variação cambial	(96,8)	(86,9)	11,4%	(177,2)	(170,3)	4,0%
Variações cambiais líquidas	(1,3)	(9,3)	n.a.	(2,8)	(4,0)	n.a.
Resultado financeiro	(98,1)	(96,2)	1,9%	(180,0)	(174,3)	3,2%

Tabela 7 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	2T23	1T23	2T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Duplicatas a receber	134,3	134,5	338,7	(0,2%)	(60,3%)
Estoques	299,3	329,8	486,3	(9,3%)	(38,5%)
Adiantamento a fornecedores	27,5	30,2	58,6	(8,9%)	(53,1%)
Fornecedores	(259,1)	(250,6)	(262,3)	3,4%	(1,2%)
Capital de giro	202,0	243,9	621,3	(17,2%)	(67,5%)

Tabela 8 – Endividamento

Em R\$ milhões	2T23	1T23	2T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Empréstimos e financiamentos	698,3	717,3	777,9	(2,7%)	(10,2%)
- Moeda nacional	631,2	648,6	701,2	(2,7%)	(10,0%)
- Moeda estrangeira	67,1	68,7	76,7	(2,4%)	(12,5%)
Debêntures	356,1	347,0	324,8	2,6%	9,6%
Dívida bruta	1.054,4	1.064,3	1.102,7	(0,9%)	(4,4%)
Caixa e títulos e valores mobiliários	(154,0)	(195,1)	(309,4)	(21,0%)	(50,2%)
Dívida líquida	900,4	869,3	793,3	3,6%	13,5%
Debênture conversível	(208,0)	(196,8)	(166,0)	5,7%	25,3%
Dívida líquida ajustada	692,4	672,5	627,3	3,0%	10,4%

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado

Em R\$ milhões	2T23	1T23	2T22	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Receita líquida	85,4	80,7	227,6	5,8%	(62,5%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(57,7)	(70,7)	(197,1)	(18,4%)	(70,7%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(54,0)	(71,9)	(17,0)	(24,9%)	217,3%
Lucro (prejuízo) bruto	(26,3)	(61,9)	13,5	n.a.	n.a.
Margem Bruta %	(30,8%)	(76,6%)	5,9%	45,9 p.p.	(36,7 p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(48,6)	(36,0)	(69,3)	35,0%	(29,9%)
(-) Provisão para reestruturação	(42,9)	-	-	n.a.	n.a.
(+/-) Outros	(90,2)	(21,8)	0,1	313,8%	n.a.
Resultado Operacional	(208,0)	(119,7)	(55,7)	n.a.	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	14,7	14,8	16,6	(0,7%)	(11,4%)
EBITDA	(193,3)	(104,9)	(39,1)	n.a.	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	14,2	(1,7)	11,4	n.a.	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	114,5	13,9	-	n.a.	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	42,9	-	-	n.a.	n.a.
EBITDA ajustado	(21,7)	(92,7)	(27,7)	n.a.	n.a.
Margem EBITDA%	(226,3%)	(129,9%)	(17,2%)	(96,4 p.p.)	(209,2 p.p.)
Margem EBITDA ajustado%	(25,4%)	(114,9%)	(12,2%)	89,5 p.p.	(13,2 p.p.)

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado (continuação)

Em R\$ milhões	1S23 (A)	1S22 (B)	(A)/(B) %
Receita líquida	166,1	511,4	(67,5%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(128,4)	(391,2)	(67,2%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(125,8)	(32,2)	290,3%
Lucro (prejuízo) bruto	(88,3)	88,0	n.a.
Margem Bruta %	(53,2%)	17,2%	(70,4 p.p.)
(-) Despesas de SG&A	(84,6)	(126,0)	(32,9%)
(-) Provisão para reestruturação	(42,9)	-	n.a.
(+/-) Outros	(112,0)	(0,6)	n.a.
Resultado Operacional	(327,8)	(38,6)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	29,5	32,5	(9,2%)
EBITDA	(298,3)	(6,1)	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	12,4	11,4	9,1%
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	128,4	-	n.a.
(+) Provisão para reestruturação	42,9	-	n.a.
EBITDA ajustado	(114,6)	5,3	n.a.
Margem EBITDA%	(179,6%)	(1,2%)	(178,4 p.p.)
Margem EBITDA ajustado%	(69,0%)	1,0%	(70,0 p.p.)

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo

Em R\$ milhões	2T23 (A)	1T23 (B)	2T22 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita líquida	82,8	90,6	89,7	(8,6%)	(7,7%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(39,7)	(44,0)	(46,3)	(9,8%)	(14,3%)
Lucro bruto	43,1	46,6	43,4	(7,5%)	(0,7%)
Margem Bruta %	52,1%	51,4%	48,4%	0,6 p.p.	3,7 p.p.
(-) Despesas de SG&A	(60,2)	(53,2)	(51,0)	13,2%	18,0%
(+/-) Outros	(6,3)	(0,1)	1,7	n.a.	(470,6%)
Resultado Operacional	(23,4)	(6,7)	(5,9)	n.a.	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	7,8	8,2	7,0	(4,9%)	11,4%
EBITDA	(15,6)	1,5	1,1	n.a.	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	2,1	1,7	-	n.a.	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	-	6,9	-	n.a.	n.a.
EBITDA ajustado	(13,5)	10,1	1,1	n.a.	n.a.
Margem EBITDA%	(18,8%)	1,7%	1,2%	(20,5 p.p.)	(20,1 p.p.)
Margem EBITDA ajustado%	(16,3%)	11,2%	1,2%	(27,5 p.p.)	(17,6 p.p.)
Número de lojas	250	249	240	0,4%	4,2%
Própria Mmartan e Casa Moysés	35	34	30	2,9%	16,7%
Franquia MMartan	115	114	119	0,9%	(3,4%)
Própria Artex	40	40	34	0,0%	17,6%
Franquia Artex	60	61	57	(1,6%)	5,3%
Receita bruta <i>sell out</i>	159,7	167,8	165,2	(4,8%)	(3,3%)
Lojas físicas	140,7	142,3	129,9	(1,1%)	8,3%
<i>E-commerce</i>	19,0	25,5	35,3	(25,4%)	(46,1%)
Participação e-commerce (%)	11,9%	15,2%	21,4%	(3,3 p.p.)	(9,5 p.p.)

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo (continuação)

Em R\$ milhões	1S23 (A)	1S22 (B)	(A)/(B) %
Receita líquida	173,4	187,2	(7,4%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(83,7)	(94,7)	(11,6%)
Lucro bruto	89,7	92,5	(3,0%)
<i>Margem Bruta %</i>	<i>51,7%</i>	<i>49,4%</i>	<i>2,3 p.p.</i>
(-) Despesas de SG&A	(113,4)	(99,6)	13,9%
(+/-) Outros	(6,4)	2,4	(366,7%)
Resultado Operacional	(30,1)	(4,7)	n.a.
(+) Depreciação e Amortização	16,0	14,7	8,8%
EBITDA	(14,1)	10,0	n.a.
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	3,8	-	n.a.
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	6,9	-	n.a.
EBITDA ajustado	(3,4)	10,0	n.a.
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(8,1%)</i>	<i>5,3%</i>	<i>(13,5 p.p.)</i>
<i>Margem EBITDA ajustado%</i>	<i>-2,0%</i>	<i>5,3%</i>	<i>(7,3 p.p.)</i>
Número de lojas	250	240	4,2%
Própria Mmartan e Casa Moysés	35	30	16,7%
Franquia Mmartan	115	119	(3,4%)
Própria Artex	40	34	17,6%
Franquia Artex	60	57	5,3%
Receita bruta <i>sell out</i>	327,6	340,2	(3,7%)
<i>Lojas físicas</i>	283,0	259,3	9,2%
<i>E-commerce</i>	44,6	80,9	(44,9%)
Participação e-commerce (%)	13,6%	23,8%	(10,2 p.p.)

Glossário

- (a) EBITDA – O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM no 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (b) Receita *sell-out* – Receita do canal de vendas para o consumidor final.
- (c) Produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – incluem lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.
- (d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.
- (e) Dívida líquida ajustada – dívida bruta menos disponibilidades financeiras menos saldo da debênture conversível em ações de emissão da controlada indireta AMMO.

Balço Patrimonial

Em R\$ milhões	2T23	1T23	2T22
Ativo			
Ativo circulante	673,8	759,7	1.409,7
Caixa e equivalentes de caixa	123,9	164,1	283,9
Títulos e valores mobiliários	21,9	22,8	17,8
Duplicatas a receber	134,3	134,5	338,7
Arrendamentos financeiros a receber	15,5	16,3	16,6
Estoques	299,3	329,8	486,3
Adiantamento a fornecedores	27,5	30,2	58,6
Impostos a recuperar	31,9	33,5	55,3
Outros créditos a receber	19,6	28,4	27,8
Ativos mantidos para venda	-	-	124,7
Ativo não circulante	1.602,2	1.794,1	1.701,8
Realizável a longo prazo	388,0	411,9	441,9
Títulos e valores mobiliários	8,3	8,1	7,7
Valores a receber - Clientes	5,8	16,2	2,8
Partes relacionadas	216,9	207,8	175,5
Adiantamento a fornecedores	-	-	35,7
Arrendamentos financeiros a receber	73,5	79,5	87,6
Impostos a recuperar	18,0	18,0	28,8
Impostos diferidos	2,0	17,8	18,8
Imobilizado disponível para venda	22,2	23,3	24,0
Depósitos judiciais	16,5	15,3	9,5
Outros	24,8	25,8	51,3
Permanente	1.214,1	1.382,2	1.259,9
Outros Investimentos	7,1	120,9	-
Propriedades para investimento	524,0	524,1	461,5
Imobilizado	494,0	509,6	552,0
Direitos de uso	142,1	146,3	154,1
Intangível	46,9	81,3	92,3
Total dos ativos	2.275,9	2.553,7	3.111,5

Balanço Patrimonial (continuação)

Em R\$ milhões	2T23	1T23	2T22
Passivo			
Passivo circulante	1.475,2	1.684,3	1.430,9
Empréstimos e financiamentos	283,1	612,5	625,5
Debêntures	356,1	347,0	158,9
Fornecedores	259,1	250,6	262,3
Impostos e taxas	42,9	36,3	17,2
Obrigações sociais e trabalhistas	82,3	105,6	105,0
Concessões governamentais	191,2	99,3	55,7
Arrendamentos a pagar	58,5	60,0	60,5
Impostos parcelados	106,1	108,7	70,8
Provisão para reestruturação	42,9	-	-
Outras contas a pagar	52,9	64,4	75,0
Passivo não circulante	1.096,1	703,9	909,8
Empréstimos e financiamentos	415,2	104,8	152,4
Debêntures	0,0	0,0	166,0
Arrendamentos a pagar	195,0	206,0	222,6
Concessões governamentais	28,4	33,8	48,9
Planos de aposentadoria e benefícios	108,8	113,1	123,0
Provisões diversas	21,4	21,3	14,5
Impostos diferidos	105,7	106,2	85,7
Impostos parcelados	194,4	91,4	81,9
Outras obrigações	27,2	27,2	15,0
Patrimônio líquido	(295,3)	165,5	770,8
Capital realizado	1.860,3	1.860,3	1.860,3
Reserva de capital	79,4	79,4	79,4
Ajuste de avaliação patrimonial	137,2	137,3	126,2
Ajuste acumulado de conversão	(158,5)	(152,9)	(154,0)
Prejuízo acumulado	(2.213,8)	(1.758,5)	(1.141,0)
Total dos passivos e do patrimônio líquido	2.275,9	2.553,7	3.111,5

Demonstrativo de Resultados

Em R\$ milhões	2T23 (A)	1T23 (B)	2T22 (C)	(A)/(B) %	(A)/(C) %
Receita operacional bruta	207,0	222,6	442,4	(7,0%)	(53,2%)
Receita operacional líquida	168,2	171,3	317,3	(1,9%)	(47,0%)
Custo dos produtos vendidos	(97,4)	(114,7)	(243,4)	(15,1%)	(60,0%)
% da Receita Líquida	57,9%	66,9%	76,7%	(9,0 p.p.)	(18,8 p.p.)
Materiais	(42,7)	(48,9)	(138,7)	(12,7%)	(69,2%)
Custos de conversão e outros	(40,8)	(52,0)	(88,4)	(21,6%)	(53,9%)
Depreciação	(13,9)	(13,8)	(16,3)	0,7%	(14,7%)
Custo de ociosidade e outros	(54,0)	(71,9)	(17,0)	(24,9%)	217,3%
% da Receita Líquida	32,1%	41,9%	5,4%	(9,8 p.p.)	26,7 p.p.
Lucro (prejuízo) bruto	16,8	(15,2)	56,9	n.a.	n.a.
Margem Bruta, %	10,0%	(8,9%)	17,9%	18,8 p.p.	(8,0 p.p.)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(112,6)	(93,3)	(124,7)	20,6%	(9,7%)
% da Receita Líquida	66,9%	54,5%	39,3%	12,5 p.p.	27,6 p.p.
Despesas com vendas	(77,0)	(56,6)	(86,1)	36,0%	(10,6%)
% da Receita Líquida	45,8%	33,0%	27,1%	12,8 p.p.	18,7 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(35,5)	(36,7)	(38,6)	(3,2%)	(7,9%)
% da Receita Líquida	21,1%	21,4%	12,2%	(0,3 p.p.)	9,0 p.p.
Outras, líquidas:					
Provisão para reestruturação	(42,9)	-	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(25,5%)	0,0%	0,0%	(25,5 p.p.)	(25,5 p.p.)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(37,3%)	0,0%	0,0%	(37,3 p.p.)	(37,3 p.p.)
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(16,2%)	0,0%	0,0%	(16,2 p.p.)	(16,2 p.p.)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(6,9)	-	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(4,1%)	0,0%	0,0%	(4,1 p.p.)	(4,1 p.p.)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	(107,6)	-	-	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(64,0%)	0,0%	0,0%	(64,0 p.p.)	(64,0 p.p.)
Outras, líquidas	1,1	(21,4)	3,5	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	0,7%	(12,5%)	1,1%	13,2 p.p.	(0,4 p.p.)
Resultado operacional	(342,1)	(129,9)	(64,3)	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(203,4%)	(75,8%)	(20,3%)	(127,6 p.p.)	(183,2 p.p.)
Resultado financeiro	(98,1)	(81,9)	(96,2)	19,7%	1,9%
Resultado antes dos impostos	(440,2)	(211,9)	(160,5)	n.a.	n.a.
IR e CSSL	(15,1)	(0,2)	(0,1)	n.a.	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	(455,3)	(212,1)	(160,6)	n.a.	n.a.
% da Receita Líquida	(270,8%)	(123,8%)	(50,6%)	(147,0 p.p.)	(220,1 p.p.)

Demonstrativo de Resultados (continuação)

Em R\$ milhões	1S23 (A)	1S22 (B)	(A)/(B) %
Receita operacional bruta	429,6	954,3	(55,0%)
Receita operacional líquida	339,5	698,6	(51,4%)
Custo dos produtos vendidos	(212,1)	(485,9)	(56,3%)
% da Receita Líquida	62,5%	69,5%	(7,1 p.p.)
Materiais	(91,6)	(275,6)	(66,8%)
Custos de conversão e outros	(92,8)	(179,1)	(48,2%)
Depreciação	(27,7)	(31,2)	(11,2%)
Custo de ociosidade e outros	(125,8)	(32,2)	290,3%
% da Receita Líquida	37,1%	4,6%	32,4 p.p.
Lucro bruto	1,6	180,5	(99,1%)
Margem Bruta, %	0,5%	25,8%	(25,4 p.p.)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(205,9)	(234,4)	(12,2%)
% da Receita Líquida	60,6%	33,6%	27,1 p.p.
Despesas com vendas	(133,6)	(162,6)	(17,8%)
% da Receita Líquida	39,4%	23,3%	16,1 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(72,3)	(71,8)	0,7%
% da Receita Líquida	21,3%	10,3%	11,0 p.p.
Outras, líquidas:			
Provisão para reestruturação	(42,9)	-	n.a.
% da Receita Líquida	-12,6%	0,0%	(12,6 p.p.)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(37,3%)	0,0%	(37,3 p.p.)
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(16,2%)	0,0%	(16,2 p.p.)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(6,9)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(4,1%)	0,0%	(4,1 p.p.)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	(107,6)	-	n.a.
% da Receita Líquida	(64,0%)	0,0%	(64,0 p.p.)
Outras, líquidas	(20,3)	3,0	n.a.
% da Receita Líquida	(6,0%)	0,4%	(6,4 p.p.)
Resultado operacional	(472,0)	(50,9)	n.a.
% da Receita Líquida	(139,0%)	(7,3%)	(131,8 p.p.)
Resultado financeiro	(180,0)	(174,3)	3,2%
Resultado antes dos impostos	(652,0)	(225,2)	n.a.
IR e CSSL	(15,3)	(0,2)	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido	(667,3)	(225,4)	n.a.
% da Receita Líquida	(196,6%)	(32,3%)	(164,3 p.p.)

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Em R\$ milhões	1S23	1S22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(667,3)	(225,4)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	47,7	49,5
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	16,2	11,4
Imposto de renda e contribuição social	15,3	0,2
Provisão para ganhos (perdas) em ativos	20,8	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	6,9	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	107,6	-
Baixa precatórios, líquidos	62,6	-
Baixa ágio de controlada	27,3	-
Provisão para reestruturação	42,9	-
Resultado na alienação do ativo permanente	(1,5)	(1,5)
Variações cambiais	2,8	4,0
Variações monetárias	0,4	9,8
Juros e encargos, líquidos	170,9	153,0
Juros sobre arrendamentos	4,8	6,3
	(34,8)	7,4
Variações nas contas de ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	3,8	1,3
Duplicatas a receber	6,4	44,8
Estoques	46,7	21,8
Adiantamento a fornecedores	7,0	(19,7)
Impostos a recuperar	7,9	21,6
Fornecedores	(8,9)	41,5
Outros	67,0	33,8
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(12,7)	152,6
Juros pagos sobre empréstimos	(27,6)	(73,0)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(16,1)	(17,3)
Imposto de renda e contribuição social recebidos (pagos)	-	0,2
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(56,5)	62,0
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Propriedades para investimentos	(0,1)	(1,7)
Ativo imobilizado	(6,4)	(5,8)
Ativo intangível	(1,0)	(0,7)
Imóveis disponíveis para venda	-	(8,6)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	7,2	0,6
Empréstimos entre partes relacionadas	(21,1)	(46,6)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(21,5)	(62,9)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de novos empréstimos, líquido de encargos antecipados	115,3	270,8
Liquidação de empréstimos e debêntures	(132,4)	(181,3)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	(18,4)	(19,8)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(35,5)	69,7
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	11,8	15,2
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(101,6)	84,1
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	225,4	199,8
No fim do período	123,9	283,9



Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.



SPRINGS
GLOBAL

ARTEX mmartan casa moysés



SANTISTA

Persono

Companhia Tecidos Santanense

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao segundo trimestre de 2023, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

Retomada das operações

Neste 1º semestre de 2023, as operações da Companhia foram comprometidas por redução de seu capital de trabalho, consequência dos aumentos das taxas de juros e amortizações da sua dívida ocorridos desde setembro de 2021.

Movimentação da dívida bruta	1S23	2022	2021
Saldo no início do exercício	159.059	194.486	263.132
Novas captações ou renovações	17.146	143.820	96.181
Juros provisionados (1)	13.063	33.900	25.152
Amortização de principal	(58.913)	(178.832)	(167.125)
Pagamento de juros	(13.491)	(32.473)	(26.592)
Variação cambial	(503)	(2.315)	3.719
Encargos antecipados, líquidos	178	473	19
Saldo no final do exercício/trimestre	116.539	159.059	194.486

(1) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,39% e 4,39% no ano de 2021.

A Administração da Companhia, em abril de 2023, negociou o alongamento de seu endividamento, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às informações trimestrais. Em julho de 2023 contraiu novo empréstimo de US\$20 milhões por prazo de 3 anos com amortização de juros anuais e o total do principal no vencimento.

Com essas ações, a Companhia recuperou a capacidade de financiar suas operações normalmente e o reinício da produção ocorreu ao final de julho de 2023

O quadro abaixo destaca os principais resultados do primeiro semestre de 2023 e 2022.

	R\$ mil	
Destaques Financeiros Consolidados	1S23	1S22
Receita bruta	5.152	299.693
Receita líquida	4.482	247.622
Custo dos produtos vendidos	(4.008)	(221.538)
Custos de ociosidade	(32.318)	(1.645)
Lucro bruto	(31.844)	24.439
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(13.992)	(29.896)
Outros	(2.049)	30
Resultado operacional	(47.885)	(5.427)

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas representam as despesas fixas da Companhia, com alguma redução durante o semestre.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro semestre de 2023 foi uma despesa de R\$10,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi uma despesa de R\$18,7 milhões.

	R\$ milhões	
Resultado financeiro	1T23	1T22
Juros e encargos financeiros	(20.079)	(20.245)
Juros sobre arrendamento	(81)	(48)
Despesas bancárias, descontos	(6.381)	(9.355)
Receitas financeiras	16.304	11.460
Variações cambiais, líquidas	16	(463)
Resultado financeiro	(10.221)	(18.651)

Montes Claros – MG, 22 de agosto de 2023.

A Administração

Companhia de Tecidos Norte de Minas
COTEMINAS

(em Recuperação Judicial)

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e
consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente

Trimestre findo em 30 de junho de 2023

Relatório do Auditor Independente sobre a revisão de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da

Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS (Em Recuperação Judicial)

Montes Claros – MG

1. Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS - em Recuperação Judicial e suas Controladas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21- Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria.

Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

3. Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Plano de Recuperação Judicial, análise de continuidade operacional e avaliação de valor recuperável de ativos e outras estimativas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 29 às informações contábeis intermediárias, em 6 de maio de 2024, a Companhia, juntamente com outras empresas do Grupo, entraram com pedido de Recuperação Judicial que foi deferido, parcialmente, em 07 de maio de 2024 pelo juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005. Em 26 de julho de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que, após procedimento de constatação prévia, foi deferido na sua totalidade o pedido da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024 pelo Juízo, nos termos da Lei nº 11.101/2005, sendo que até a emissão desse relatório não ocorreu a apresentação pela Administração da Companhia do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") para ser apreciado pelo Juízo e pela Assembleia Geral de Credores.

No período findo em 30 de junho de 2023, contemplando os comentários precedentes de incerteza relevante de continuidade operacional, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia e de suas controladas nas suas operações futuras, envolvendo a posição de seu endividamento, a capacidade ou tendência de infiltração dos reflexos da recuperação judicial na elaboração das informações contábeis intermediárias e o cenário de inúmeras incertezas decorrentes dos assuntos mencionados em notas explicativas (NE), não nos foi possível concluir sobre:

- (i) As estimativas de eventual perdas por realizações dos estoques, cujo saldo nessa data no consolidado, é de R\$348.299 mil de acordo com a NE nº 6.a;
- (ii) As estimativas de realizações e de liquidações dos saldos contábeis entre partes relacionadas, classificados no não circulante, respectivamente: ativo individual e consolidado de R\$341.385 mil e R\$206.895 mil e no passivo individual de R\$503.432 mil, conforme a NE nº 20;
- (iii) Os saldos de investimentos da Companhia nas controladas em recuperações judiciais: Oxford Comércio e Participações S.A e na Companhia de Tecidos Santanense, cujos saldos devedores no consolidado são de R\$135.489 mil e R\$5.243 mil, respectivamente e na Springs Global Participações S.A cujo saldo individual credor (passivo) é de R\$156.274 mil, consoantes a NE nº 9.a.

Destacamos que as demonstrações financeiras da Springs Global Participações S.A (controlada da Companhia) foram auditadas por outros auditores que expressaram, em 4 de setembro de 2024, abstenção de opinião e qualificações semelhantes às nossas como descritas acima nos subitens (i) e (ii) e complementada pelos seguintes itens:

- a. Estimativa do valor recuperável dos seus ativos imobilizados, direitos de uso por arrendamento e dos seus intangíveis como requeridas pelo CPC1R1/IAS36, cujos saldos do consolidado são de, respectivamente R\$711.743 mil, R\$143.221 mil e R\$46.897 mil, consoante as NEs nº 11.a, 12 e 13; e
- b. Limitação de informação sobre eventos subsequentes até 26 de setembro de 2024 da controlada indireta Springs Global US- Inc. cujo saldo de investimento na controlada Springs Global Participações S.A. é de R\$ 214.682 mil conforme nota explicativa nº 8.a. das correspondentes demonstrações contábeis intermediárias emitida na data de 04 de setembro de 2024.

Adicionalmente, não nos foi possível reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada Springs Global Participações S.A., Oxford Comércio e Participações S.A. e na Companhia de Tecidos Santanense é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos individuais e consolidados dos ativos, passivos e dos demais elementos componentes das informações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado intermediárias individuais e consolidadas

Fomos contratados para revisar as demonstrações do valor adicionado (DVA) intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09- Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de setembro de 2024.



Luiz Claudio Fontes

Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S"-MG


RSM

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	189	351	127.022	253.803
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	39.302	43.423
Duplicatas a receber	5	-	-	140.063	212.157
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	15.506	16.661
Estoques	6.a	-	-	348.299	405.640
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	68.828	76.434
Impostos a recuperar	21.c	11.952	7.321	50.894	53.486
Valores a receber – clientes	7	-	478	8.512	9.171
Valores a receber - venda de investimento	8	-	45.875	-	45.875
Outros créditos a receber		5.382	9.581	14.467	11.939
Ativos mantidos para venda	9.a.1	-	13.920	-	13.920
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		17.523	77.526	812.893	1.142.509
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.581	8.315	12.976
Valores a receber - clientes	7	-	-	5.757	16.135
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	73.542	83.580
Impostos a recuperar	21.c	12.819	12.819	53.528	52.281
Impostos diferidos	21.b	-	-	38.240	54.431
Partes relacionadas	20	341.385	351.207	206.895	223.071
Imobilizado disponível para venda	11.b	-	-	22.205	23.910
Depósitos judiciais	22	8.155	8.349	30.747	25.921
Outros créditos e valores a receber		5	240	37.608	63.652
		-----	-----	-----	-----
		362.364	375.196	476.837	555.957
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	180.056	415.850	-	-
Investimentos em coligadas	9.a	20.689	36.408	21.906	38.550
Propriedades para investimento	10	177.650	177.650	715.562	718.647
Outros investimentos	9.e	3.091	3.091	10.352	128.028
Imobilizado	11.a	6.517	6.522	711.743	748.962
Direitos de uso	12	-	-	143.221	144.527
Intangível	13	2	2	46.897	82.981
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		750.369	1.014.719	2.126.518	2.417.652
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		767.892	1.092.245	2.939.411	3.560.161
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	35.372	125.641	366.386	888.925
Debêntures	15	-	-	356.084	17.763
Fornecedores	16	3.847	3.268	313.226	316.477
Obrigações sociais e trabalhistas		1.666	1.409	95.339	132.946
Impostos e taxas		12.200	2.366	55.516	30.518
Concessões governamentais	17	-	-	191.176	56.253
Arrendamentos a pagar	18	-	-	59.068	58.734
Impostos devidos e parcelamentos	21.d	1.054	53	128.273	105.796
Provisão para reestruturação	29	-	-	42.929	-
Outras contas a pagar		4.793	5.246	62.333	83.498
		=====	=====	=====	=====
Total do passivo circulante		58.932	137.983	1.670.330	1.690.910
		=====	=====	=====	=====
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	39.000	39.000	522.828	131.710
Debêntures	15	-	-	-	320.757
Concessões governamentais	17	-	-	28.404	38.264
Arrendamentos a pagar	18	-	-	195.596	210.322
Partes relacionadas	20	503.432	468.819	-	-
Impostos diferidos	21.b	38.738	38.918	154.202	155.399
Provisões diversas	22	9.903	10.135	38.594	35.264
Planos de aposentadoria e benefícios	23	-	-	108.846	114.581
Impostos devidos e parcelamentos	21.d	3.430	197	248.205	114.128
Obrigações com controladas	9.a	156.284	-	-	-
Outras obrigações		643	643	28.806	24.417
		=====	=====	=====	=====
Total do passivo não circulante		751.430	557.712	1.325.481	1.144.842
		=====	=====	=====	=====
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	19				
Capital realizado		882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de lucros		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajustes de avaliação patrimonial		88.754	105.956	88.754	105.956
Ajustes acumulados de conversão		(36.549)	(31.960)	(36.549)	(31.960)
Prejuízos acumulados		(1.186.612)	(769.383)	(1.186.612)	(769.383)
		=====	=====	=====	=====
Total da participação dos acionistas controladores		(42.470)	396.550	(42.470)	396.550
		=====	=====	=====	=====
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS					
NÃO CONTROLADORES					
	9.b	-	-	(13.930)	327.859
		=====	=====	=====	=====
Total do patrimônio líquido		(42.470)	396.550	(56.400)	724.409
		=====	=====	=====	=====
Total dos passivos e do patrimônio líquido		767.892	1.092.245	2.939.411	3.560.161
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora			
Nota explicativa		01.04.2023	01.01.2023	01.04.2022	01.01.2022
		a	a	a	a
		30.06.2023	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2022
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
		(1.914)	(4.869)	(2.994)	(5.720)
	Gerais e administrativas				
	Honorários da administração	20	(583)	(1.216)	(608)
	Equivalência patrimonial	9.a	(264.690)	(403.196)	(88.174)
	Outras, líquidas		3.176	4.523	2.231
					9.484
RESULTADO OPERACIONAL		(264.011)	(404.758)	(89.545)	(130.372)
	Despesas financeiras – juros e encargos	(25.005)	(50.595)	(19.743)	(38.795)
	Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(3.078)	(4.390)	(2.107)	(4.750)
	Receitas financeiras	21.781	35.127	15.259	22.531
	Variações cambiais líquidas	(8.960)	(9.983)	4.510	(2.024)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(279.273)	(434.599)	(91.626)	(153.410)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
	Corrente	21.a	-	-	673
	Diferido	21.a	121	180	(2.523)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(279.152)	(434.419)	(93.476)	(151.182)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28	(9,1118)	(14,1798)	(3,0511)	(4,9347)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.04.2023	01.01.2023	01.04.2022	01.01.2022
		a 30.06.2023	a 30.06.2023	a 30.06.2022	a 30.06.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	169.818	340.909	383.544	873.427
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27	(98.720)	(213.063)	(303.244)	(634.599)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	27	(69.717)	(158.134)	(17.242)	(33.880)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		1.381	(30.288)	63.058	204.948
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	27	(77.661)	(135.784)	(93.162)	(178.634)
Gerais e administrativas	27	(36.976)	(75.214)	(42.585)	(79.256)
Honorários da administração	20	(5.203)	(10.648)	(4.978)	(10.246)
Equivalência patrimonial de coligadas	9.a	(7.707)	(16.645)	3.486	(4.087)
Outras, líquidas:					
Provisão para reestruturação	29.b	(42.929)	(42.929)	-	-
Baixa precatórios, líquidos	14 e 21.d	(62.649)	(62.649)	-	-
Baixa ágio de controlada indireta	13	(27.303)	(27.303)	-	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	11 e 13	(6.902)	(6.902)	-	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	9.e	(107.646)	(107.646)	-	-
Outras, líquidas		444	(22.195)	4.017	8.912
RESULTADO OPERACIONAL		(373.151)	(538.203)	(70.164)	(58.363)
Despesas financeiras – juros e encargos		(90.587)	(186.204)	(84.674)	(163.922)
Juros sobre arrendamentos	18	(2.300)	(4.867)	(2.849)	(6.172)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(44.951)	(68.047)	(40.225)	(78.527)
Receitas financeiras		31.152	53.503	24.807	40.198
Variações cambiais líquidas		(9.749)	(12.788)	(5.131)	(6.486)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(489.586)	(756.606)	(178.236)	(273.272)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	21.a	(842)	(1.713)	114	(1.055)
Diferido	21.a	(14.770)	(14.762)	3.911	10.608
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(505.198)	(773.081)	(174.211)	(263.719)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores		(279.152)	(434.419)	(93.476)	(151.182)
Participação dos acionistas não-controladores	9.b	(226.046)	(338.662)	(80.735)	(112.537)
		(505.198)	(773.081)	(174.211)	(263.719)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	01.04.2023	01.01.2023	01.04.2022	01.01.2022
	a	a	a	a
	30.06.2023	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(279.152)	(434.419)	(93.476)	(151.182)
Outros resultados abrangentes-				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.603)	(4.589)	7.203	(2.926)
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(9)	(12)	23	(5)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(282.764)</u> =====	<u>(439.020)</u> =====	<u>(86.250)</u> =====	<u>(154.113)</u> =====
	Consolidado			
	01.04.2023	01.01.2023	01.04.2022	01.01.2022
	a	a	a	a
	30.06.2023	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(505.198)	(773.081)	(174.211)	(263.719)
Outros resultados abrangentes-				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(6.199)	(7.705)	17.393	(196)
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(18)	(23)	43	(10)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(511.415)</u> =====	<u>(780.809)</u> =====	<u>(156.775)</u> =====	<u>(263.925)</u> =====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores	(282.764)	(439.020)	(86.250)	(154.113)
Participação dos acionistas não-controladores	(228.651)	(341.789)	(70.525)	(109.812)
	<u>(511.415)</u> =====	<u>(780.809)</u> =====	<u>(156.775)</u> =====	<u>(263.925)</u> =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	882.236	209.701	100.714	(30.155)	(393.930)	768.566	612.399	1.380.965
Alienação de propriedades para investimento	-	-	(505)	-	505	-	-	-
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(18)	-	18	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(151.182)	(151.182)	(112.537)	(263.719)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.072)	-	(1.072)	-	(1.072)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.854)	-	(1.854)	2.730	876
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	(5)	-	-	(5)	(5)	(10)
Total do resultado abrangente	-	-	(5)	(2.926)	(151.182)	(154.113)	(109.812)	(263.925)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Ganho (perda) de participação reflexa de ações em tesouraria em controladas	-	-	-	-	171	171	(171)	-
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	171	171	(171)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	882.236	209.701	100.186	(33.081)	(544.418)	614.624	502.416	1.117.040
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	882.236	209.701	105.956	(31.960)	(769.383)	396.550	327.859	724.409
Realização custo atribuído reflexo coligada	-	-	(17.190)	-	17.190	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(434.419)	(434.419)	(338.662)	(773.081)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)	-	(1.087)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(3.502)	-	(3.502)	(3.116)	(6.618)
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	(12)	-	-	(12)	(11)	(23)
Total do resultado abrangente	-	-	(12)	(4.589)	(434.419)	(439.020)	(341.789)	(780.809)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	882.236	209.701	88.754	(36.549)	(1.186.612)	(42.470)	(13.930)	(56.400)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023	01.01.2022	01.01.2023	01.01.2022
	a	a	a	a
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(434.419)	(151.182)	(773.081)	(263.719)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	6	6	51.647	53.470
Equivalência patrimonial	403.196	132.894	16.645	4.087
Imposto de renda e contribuição social	(180)	(2.228)	16.475	(9.553)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	(5.485)	(1.177)	(6.901)
Baixa precatórios, líquidos	-	-	62.649	-
Baixa ágio de controlada indireta	-	-	27.303	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	6.902	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	107.646	-
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	16.236	11.389
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	20.769	-
Provisão para reestruturação	-	-	42.929	-
Variações monetárias	(5.970)	(7.237)	(5.543)	2.451
Variações cambiais	9.983	2.024	12.788	6.486
Juros e encargos, líquidos	24.462	27.537	202.965	197.607
Juros sobre arrendamentos	-	-	4.867	6.172
	(2.922)	(3.671)	(189.980)	1.489
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	2.581	9	8.782	4.340
Duplicatas a receber	-	-	47.365	56.399
Estoques	-	-	45.167	40.774
Adiantamentos a fornecedores	-	-	7.086	(19.793)
Impostos a recuperar	(4.631)	443	1.345	26.204
Valores a receber - venda de investimento	47.658	-	47.658	-
Fornecedores	579	13	59.970	27.999
Outros	37.904	3.252	47.135	53.790
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros e impostos	81.169	46	74.528	191.202
Juros pagos	(47.239)	(11.505)	(88.353)	(99.854)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(2.376)	(4.039)	(21.438)	(28.241)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(992)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	31.554	(15.498)	(35.263)	62.115

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2022 a 30.06.2022	01.01.2023 a 30.06.2023	01.01.2022 a 30.06.2022
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimentos	-	(1.247)	(113)	(2.971)
Ativo imobilizado	-	-	(6.570)	(7.287)
Ativo intangível	-	-	(1.030)	(725)
Imóveis disponíveis para venda	-	-	-	(8.644)
Recebimento pela venda de ativo permanente	-	45.778	8.300	46.564
Empréstimos entre partes relacionadas	21.010	17.255	24.935	(42.715)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	21.010	61.786	25.522	(15.778)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos, líquido de encargos antecipados	2.478	23	135.111	372.565
Liquidação de empréstimos	(55.204)	(46.342)	(246.499)	(332.425)
Liquidação de arrendamentos	-	-	(17.232)	(18.329)
Pagamento de dividendos	-	-	(135)	(8)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(52.726)	(46.319)	(128.755)	21.803
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	11.715	15.156
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(162)	(31)	(126.781)	83.296
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	351	415	253.803	234.940
No fim do período	189	384	127.022	318.236
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(162)	(31)	(126.781)	83.296
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2023	01.01.2022	01.01.2023	01.01.2022
	a	a	a	a
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	396.164	1.061.519
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(16.236)	(11.389)
Resultado na alienação do imobilizado e investimentos	-	5.485	1.177	6.901
	-----	-----	-----	-----
	-	5.485	381.105	1.057.031
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(148.945)	(516.266)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	116	(420)	(232.376)	(274.566)
Baixa precatórios, líquidos	-	-	(62.649)	-
Baixa ágio de controlada indireta	-	-	(27.303)	-
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	(6.902)	-
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107.646)	-
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	(20.769)	-
Provisão para reestruturação	-	-	(42.929)	-
	-----	-----	-----	-----
	116	(420)	(649.519)	(790.832)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO BRUTO	116	5.065	(268.414)	266.199
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(6)	(6)	(51.647)	(53.470)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	110	5.059	(320.061)	212.729
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(403.196)	(132.894)	(16.645)	(4.087)
Receitas financeiras	35.127	22.531	53.503	40.198
Variação cambial ativa	5.185	19.005	3.485	14.460
Royalties	-	-	8.997	9.251
	-----	-----	-----	-----
	(362.884)	(91.358)	49.340	59.822
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(362.774)	(86.299)	(270.721)	272.551
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.876	2.077	179.940	188.568
Impostos, taxas e contribuições	4.006	2.982	95.564	117.330
Remuneração de capitais de terceiros	65.763	59.824	226.856	230.372
Remuneração de capitais próprios	(434.419)	(151.182)	(773.081)	(263.719)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(362.774)	(86.299)	(270.721)	272.551
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS – em Recuperação Judicial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS – em Recuperação Judicial (“Companhia”) é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. – em Recuperação Judicial (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A. – em Recuperação Judicial (“AMMO”).

A Companhia é controladora da O4D Comércio e Participações S.A. (“O4D”) e da Oxford Comércio e Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“Oxford”), que é controladora da Companhia Tecidos Santanense – em Recuperação Judicial (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

A Companhia e suas controladas têm apresentado em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e suas controladas estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou em suas atividades operacionais, com a paralização das atividades industriais no segundo semestre de 2023.

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada indireta CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários em 1.709 trabalhadores e seus termos de pagamento. Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada indireta CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de Recuperação Judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia e a controlada SGPSA divulgaram fato relevante onde informam a consolidação do parque fabril da controlada indireta CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento.

Recuperação Judicial

Em 7 de maio de 2024 - A controlada SGPSA e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada indireta CSA e outras empresas do Grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretende executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada indireta CSA e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, nesta data o pedido de Recuperação Judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

Classe de crédito (lei 11.101/2005)	Controladora	Consolidado
Trabalhista	1.723	128.076
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	2.479	538.094
ME e EPP	-	10.733
Não sujeito	10.418	667.850
Fiscal	8.619	506.100
	-----	-----
	23.239	2.229.916
	=====	=====

Com a concessão do pedido formulado a Companhia e suas controladas entendem que conseguirão a reestruturação financeira e de todas as empresas do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de setembro de 2024.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como as

normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade

do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os

ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5, nº 7 e nº 8), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 11), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 11, nº 12 e nº 13), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 22), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 24) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 24.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 23). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.06.2023	31.12.2022
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
SGPSA	52,92	52,92
Oxford	99,92	99,92
O4D	63,37	63,37
CTS	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica

“Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford, controladora da CTS com 54,48% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,2177	-
30 de junho	4,8192	5,2380	-8,0%
Taxa média:			
30 de junho (3 meses)	4,9719	4,9620	0,2%
30 de junho (6 meses)	5,0506	5,0201	0,6%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 31 de janeiro de 2024. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico n° 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Operações compromissadas (*)	116	132	66.564	135.613
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	1.484	1.459
Depósitos no exterior	-	-	31.203	63.021
Depósitos em contas correntes	73	219	27.771	53.710
	-----	-----	-----	-----
	189	351	127.022	253.803
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Fundo de investimento - (US\$)	38.815	42.896
Depósito restrito (1)	487	5.033
Fundo de reserva (2)	8.315	8.470
	-----	-----
	47.617	56.399
Circulante	(39.302)	(43.423)
	-----	-----
Não circulante	8.315	12.976
	=====	=====

(1) Em 30 de junho de 2023, a controladora e a controlada SGPSA não possuíam depósitos restritos em instituições financeiras (R\$2.581 e R\$1.925, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022), e a controlada indireta SGUS possuía R\$487, equivalente a US\$101 mil (R\$527, equivalente a US\$101 mil em 31 de dezembro de 2022) na condição de "Compensating balance arrangement".

(2) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA, equivalentes a 3 parcelas futuras. Vide nota explicativa nº15 às demonstrações contábeis intermediárias.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Clientes no mercado interno	134.592	193.228
Clientes no mercado externo	59.360	64.157
Operadoras de cartão de crédito	3.754	10.453
	-----	-----
	197.706	267.838
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(57.643)	(55.681)
	-----	-----
	140.063	212.157
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 87 dias (49 dias em 31 de dezembro de 2022). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de junho de 2023.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.06.2023	31.12.2022
Saldo no início do período	(55.681)	(49.642)
Adições	(2.158)	(17.652)
Baixas	1	11.152
Variação cambial	195	461
	-----	-----
Saldo no final do período	(57.643)	(55.681)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Matérias-primas e secundários	88.001	86.178
Produtos em elaboração	80.881	83.923
Produtos acabados	120.373	178.784
Peças de reposição	59.044	56.755
	-----	-----
	348.299	405.640
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de junho de 2023, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques que não estivessem provisionadas. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	Matérias-primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.719)	(23.764)	(1.474)	(26.957)
(Adições) baixas	(134)	3.224	11	3.101
Variação cambial	460	15	-	475
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2023	(1.393)	(20.525)	(1.463)	(23.381)
	=====	=====	=====	=====

	Matérias- primas e secundários	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.555)	(13)	(1.260)	(3.828)
(Adições) baixas	(28)	-	-	(28)
Variação cambial	520	3	-	523
Saldo em 30 de junho de 2022	(2.063)	(10)	(1.260)	(3.333)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
2023	68.828	76.434
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	-	-	-	12.424
Clientes em recuperação judicial (b)	-	-	1.415	1.332
Parcelamento de créditos com clientes (c)	-	-	9.152	5.083
Financiamento no repasse de lojas (d)	-	-	576	768
Venda de imóveis (e)	-	-	799	4.009
Outros	-	478	2.327	1.690
	-----	-----	-----	-----
	-	478	14.269	25.306
Circulante	-	(478)	(8.512)	(9.171)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	5.757	16.135
	=====	=====	=====	=====

(a) O Narciso Enxovais do Brasil Ltda. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no segundo trimestre de 2022, o qual teve o processamento deferido. O Narciso reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada indireta CSA. Em 28 de setembro de 2023, foi aprovado em assembleia geral de credores o pedido de Recuperação Judicial, com condições mínimas de recuperação de crédito. Em Dezembro de 2023, o pedido de Recuperação Judicial foi homologado. Em 30 de junho de 2023, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$12.424.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 8% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 30 de junho de 2023, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 70 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 30 de junho de 2023, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$2.066 (R\$412 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 6 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA.

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em 2019, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos dos valores a receber são conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Valores brutos a receber	-	48.815
Ajuste a valor presente (*)	-	(2.940)
	-----	-----
Total	-	45.875
	=====	=====

(*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

A movimentação dos valores a receber é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Saldos no início do período	45.875	90.371
Juros provisionados	3.775	7.237
Valores recebidos	(47.658)	-
Variação cambial	(1.992)	(5.226)
	-----	-----
Saldos no final do período	-	92.382
	=====	=====

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022
Investimentos em controladas:							
SGPSA (1)	(295.326)	52,92	(667.347)	-	200.376	(353.132)	(119.273)
Oxford	135.592	99,92	(31.165)	135.489	166.626	(31.141)	(8.370)
O4D	40.921	63,37	2.252	25.932	24.504	1.428	806
Coteminas International Ltd.	13.393	100,00	(3.317)	13.392	17.915	(3.430)	(1.365)
CTS	253.252	2,07	(58.106)	5.243	6.445	(1.202)	(327)
Coteminas (Sucursal Argentina) (1)	(10)	100,00	-	-	(16)	-	-
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				180.056	415.850	(387.477)	(128.529)
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	72.262	28,63	(49.100)	20.689	36.408	(15.719)	4.716
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	-	-	-	-	-	-	(9.081)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas (direto)				20.689	36.408	(15.719)	(4.365)
Total Controladora						(403.196)	(132.894)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	72.262	1,68	(49.100)	1.217	2.142	(926)	278
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – Consolidado				21.906	38.550	(16.645)	(4.087)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 30 de junho de 2023, o patrimônio líquido das controladas diretas SGPSA e Sucursal Argentina apresentavam saldo devedor de R\$295.326 e R\$10, respectivamente. Os passivos equivalentes de R\$156.274 e R\$10 foram apresentados na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante.

(2) Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de março de 2023, foi deliberada a alienação de sua participação acionária na Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. Em 31 de dezembro de 2022, o investimento foi reclassificado para o ativo circulante, na rubrica “Ativos mantidos para venda”, e foi constituída provisão para perdas no montante de R\$20.957. Em abril de 2023, a venda foi efetivada pelo valor de R\$13.920.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	30.06.2022
SGPSA	(295.326)	47,08	(687.347)	(139.052)	178.295	(314.214)	(106.131)
Oxford	135.592	0,08	(31.165)	102	127	(24)	(66)
O4D	40.921	36,63	2.252	14.989	14.164	824	466
CTS	253.252	29,25	(58.106)	110.031	135.273	(25.248)	(6.806)
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				(13.930)	327.859	(338.662)	(112.537)
				=====	=====	=====	=====

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)
	30.06.2023	31.12.2022	31.12.2022
Ativos circulantes	32.391	34.442	486.119
Ativos não circulantes	296.961	335.725	392.897
Total dos ativos	329.352	370.167	879.016
Passivos circulantes	193.081	184.796	541.456
Passivos não circulantes	64.009	58.202	217.742
Total dos passivos	257.090	242.998	759.198
Patrimônio líquido – Controladora	72.262	127.169	114.730
Receita líquida (6 meses)	-	-	605.155
Lucro (prejuízo) do período – Controladora	(49.100)	22.254	(29.875)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o período de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Investimento reclassificado para a rubrica “Ativos mantidos para venda” em 31 de dezembro de 2022, e alienado no 1º semestre de 2023.

d. Movimentação dos investimentos de controladas e coligadas:

<u>Controladas</u>	<u>SGPSA</u>	<u>Oxford</u>	<u>O4D</u>	<u>Coteminas Internatio- nal Ltd.</u>	<u>CTS</u>	<u>Coteminas (Sucursal Argentina)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200.376	166.626	24.504	17.915	6.445	(16)	415.850
Equivalência patrimonial	(353.132)	(31.141)	1.428	(3.430)	(1.202)	-	(387.477)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.506)	4	-	(1.093)	-	6	(4.589)
Ajustes de avaliação patrimonial	(12)	-	-	-	-	-	(12)
Obrigações com controladas	156.274	-	-	-	-	10	156.284
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2023	-	135.489	25.932	13.392	5.243	-	180.056
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Controladas</u>	<u>SGPSA</u>	<u>Oxford</u>	<u>O4D</u>	<u>Coteminas Internatio- nal Ltd.</u>	<u>CTS</u>	<u>Coteminas (Sucursal Argentina)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	524.096	170.808	22.918	14.239	6.313	(29)	738.345
Equivalência patrimonial	(119.273)	(8.370)	806	(1.365)	(327)	-	(128.529)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	3.062	6	-	(1.079)	-	7	1.996
Ajustes de avaliação patrimonial	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Ganho de participação reflexa de ações em tesouraria	-	171	-	-	-	-	171
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2022	407.880	162.615	23.724	11.795	5.986	(22)	611.978
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
	<u>Cantagalo General Grains S.A.</u>	<u>Cantagalo General Grains S.A.</u>
<u>Coligadas</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.408	2.142
Equivalência patrimonial	(15.719)	(926)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	1
	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2023	20.689	1.217
	=====	=====

	Direta		Indireta
	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Cantagalo General Grains S.A.
<u>Coligadas</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.564	40.334	1.974
Equivalência patrimonial	4.716	(9.081)	278
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(4.922)	-	(291)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2022	33.358	31.253	1.961
	=====	=====	=====

e. Outros investimentos:

Investimentos da SGUS

A controlada indireta SGUS possuía 14,27% da New Keeco Holdings, LLC, (“Keeco”) quando a Keeco combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS em março de 2019. A Keeco Holdings é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano. No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS (juntamente com os demais acionistas da Keeco) disponibilizou para venda essa participação e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”.

Em 19 de setembro de 2022, os acionistas da Keeco e suas subsidiárias, juntamente com os acionistas da Hollander Parent Corporation (“Hollander”) e suas subsidiárias e a SGUS, entre outros, assinaram acordo de contribuição de ativos, formando uma nova empresa combinada denominada Keeco, Inc., que atuará no mesmo segmento de mercado de ambas as companhias.

Após a contribuição de ativos, a SGUS recebeu por sua participação na Keeco, 15.167 ações ordinárias comuns (*Common stocks*) da Keeco, Inc., representando 6,33% dessa classe de ações, mais uma opção de compra de 10.220 ações dessa mesma classe, ao preço de US\$0,01 por ação com vencimento em 5 anos da data de emissão ou caso ocorra uma mudança de controle da Keeco, Inc.

Considerando-se o exercício das opções, e a conversão das ações preferenciais (*preferred stocks*) emitidas pela Keeco Inc. em ações comuns (*common stocks*), a SGUS terá participação de 5,13% do capital, deixando de existir outra classe de ações. Considerando-se ainda as possibilidades de emissão de 67.506 novas ações em bônus para os gestores elegíveis da Keeco Inc., a participação da SGUS poderá chegar no mínimo (*fully-dilluted*) de 4,51%.

A Keeco, Inc. inicia suas operações com faturamento consolidado equivalente a US\$1,2 bilhão e em suas projeções para 5 anos estima um faturamento de US\$1,6 bilhão.

Considerando as projeções anuais, geração de caixa e múltiplos aplicáveis para essa categoria de indústria, consultores externos da SGUS, utilizando o menor percentual de participação da SGUS, 4,51%, estimam a recuperação desse investimento em até 5 anos em valores que podem variar entre US\$31,5 milhões e US\$43,3 milhões.

A SGUS, a partir daquela data, reclassificou esse investimento, antes na rubrica de “ativos mantidos para a venda”, para outros investimentos, que será avaliado ao custo contábil e ajustado pelo valor de recuperação caso haja indícios de não recuperabilidade desse investimento.

Em 2023 e 2024, ocorreram dois eventos de aumento de capital na Keeco que impactaram a participação acionária da SGUS na Keeco. Nesses dois eventos, a SGUS teve a opção de comprar ações adicionais da Keeco para evitar diluição (“preemptive rights”). A SGUS decidiu não comprar essas ações adicionais e teve a sua participação reduzida de 4,51% para 0,8% das ações ordinárias da Keeco. Em março de 2024,

a SGUS recebeu o orçamento atualizado da Keeco para o ano de 2024 e verificou redução na projeção do EBITDA ajustado quando comparado com as projeções apresentadas em anos anteriores. Com essa redução, e com a diluição mencionada acima, a administração da Companhia concluiu pela necessidade de contabilizar, em junho de 2023, um complemento da provisão para perda no valor de R\$107,6 milhões (US\$22,3 milhões) nesse investimento, e consequentemente a baixa do imposto diferido no valor de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

Em 30 de junho de 2023, o valor de R\$7.084, equivalentes a US\$1.469, estava contabilizado na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante (R\$124.217, equivalentes a US\$23.807, em 31 de dezembro de 2022).

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2023, até a aprovação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial SGA (1)	Complexo residencial SGA (2)	Terrenos para loteamento (3)	Imóvel Acreúna (5)	Imóveis Montes Claros (6)	Terreno Montes Claros (7) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	77.670	30.380	67.087	113.850	718.647
Adições	69	44	-	-	-	-	113
Baixas	-	-	-	-	(3.344)	-	(3.344)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	-	146	-	146
Transferências	(32)	32	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023	380.562	49.211	77.670	30.380	63.889	113.850	715.562
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Imóveis para renda			Imóveis para valorização			Total
	Complexo comercial SGA (1)	Complexo residencial SGA (2)	Terrenos para loteamento (3)	Imóvel Acreúna (5)	Imóveis Montes Claros (6)	Terreno Montes Claros (7) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	324.990	46.950	32.528	30.380	57.570	94.100	586.518
Adições	311	1.413	-	-	-	1.247	2.971
Baixas	(18)	(75)	(703)	-	-	-	(796)
Saldos em 30 de junho de 2022	325.283	48.288	31.825	30.380	57.570	95.347	588.693
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Saldos mantidos pela controladora no valor total de R\$177.650 (R\$177.650 em 31 de dezembro de 2022), considerando o Imóvel Vinhedo (vide item (4) abaixo) no valor de R\$63.800 (R\$63.800 em 31 de dezembro de 2022) apresentado na rubrica imobilizado nas demonstrações consolidadas. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não

afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², da controlada indireta CSA, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No primeiro semestre de 2023, os valores de receita por arrendamento foram de R\$5.985 (R\$5.835 no primeiro semestre de 2022).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	112.118	112.081
Mais valia apurada (a)	268.444	268.444
	-----	-----
Valor justo (b)	380.562	380.525
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$91.271 (R\$91.271 em 31 de dezembro de 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	1.506	1.430
Mais valia apurada (a)	47.705	47.705
	-----	-----
Valor justo (b)	49.211	49.135
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$16.220 (R\$16.220 em 31 de dezembro 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em Recuperação Judicial deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	1.254	1.254
Mais valia apurada (a)	76.416	76.416
	-----	-----
Valor justo (b)	77.670	77.670
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.143 (R\$5.143 em 31 de dezembro 2022). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	25.336	25.336
Mais valia apurada (a)	38.464	38.464
	-----	-----
Valor justo (b)	63.800	63.800
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$13.077 (R\$13.077 em 31 de dezembro 2022). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.e às demonstrações contábeis intermediárias.

5) Imóvel para valorização Acreúna: Em 2021, a controlada indireta CSA desocupou e destinou este imóvel para valorização ou renda. Seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento e avaliado pelo valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Custo residual do imóvel	19.144	19.144
Mais valia apurada (a)	11.236	11.236
	-----	-----
Valor justo (b)	30.380	30.380
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$3.820 (R\$3.820 em 31 de dezembro 2022). Vide nota explicativa nº 21.b1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

Em março de 2024, a controlada indireta CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$15.307 líquido de impostos, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

6) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	<u>30.06.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	36.644	36.644
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	5.230	5.230
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.763 m²)	1.215	4.413
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	20.800	20.800
	-----	-----
Total	63.889	67.087
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	36.546	39.890
Mais valia apurada (a)	27.343	27.197
	-----	-----
Valor justo (b)	63.889	67.087
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$9.295 (R\$9.245 em 31 de dezembro 2022). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

7) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da

Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	30.06.2023	31.12.2022
Custo residual do imóvel	52.273	52.273
Mais valia apurada	61.577	61.577
	-----	-----
Valor justo	113.850	113.850
	=====	=====

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2022. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$17.973 (R\$17.973 em 31 de dezembro de 2022) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.c às demonstrações contábeis intermediárias.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

		30.06.2023			31.12.2022
	Taxa (*) %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	4,7	62.252	(23.065)	39.187	38.424
Edifícios	2,4	402.373	(211.113)	191.260	196.596
Instalações	7,0	289.647	(221.790)	67.857	71.927
Máquinas e equipamentos	7,2	1.364.255	(1.114.448)	249.807	271.232
Usinas	7,7	63.142	(37.091)	26.051	27.100
Móveis, utensílios e outros	8,3	123.142	(111.323)	11.819	14.098
Obras em andamento	-	61.962	-	61.962	65.785
		-----	-----	-----	-----
		2.366.773	(1.718.830)	647.943	685.162
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		63.800	-	63.800	63.800
		-----	-----	-----	-----
		2.430.573	(1.718.830)	711.743	748.962
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.424	196.596	71.927	271.232	27.100	14.098	65.785	685.162
Adições	4.822	-	3	547	64	631	503	6.570
Baixas líquidas	(105)	-	(75)	(338)	(104)	(55)	-	(677)
Transferências								
- Imobilizado	(145)	(85)	335	410	-	(61)	(454)	-
Variação cambial	(546)	(583)	(36)	(155)	-	(1)	(3.872)	(5.193)
Depreciação do período	(1.327)	(4.668)	(4.424)	(21.845)	(1.009)	(2.439)	-	(35.712)
Baixa de provisão para desvalorização de ativos	112	-	33	-	-	-	-	145
Reversão (provisão) para perdas com ativos	(2.048)	-	94	(44)	-	(354)	-	(2.352)
Saldo em 30 de junho de 2023	39.187	191.260	67.857	249.807	26.051	11.819	61.962	647.943
Total provisão para desvalorização de ativos	(3.403)	-	(5)	(96)	-	(3.945)	-	(7.449)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.342	205.561	78.692	300.754	26.325	16.432	85.278	751.384
Adições	663	-	185	3.039	911	1.100	1.389	7.287
Baixas líquidas	-	-	(26)	(174)	-	(64)	(131)	(395)
Transferências								
- Imobilizado	(1.140)	(228)	1.483	4.666	4	2.337	(7.122)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(102)	-	-	-	(102)
Variação cambial	495	691	98	(27)	-	(140)	(2.986)	(1.869)
Depreciação do período	(1.102)	(4.735)	(5.217)	(23.096)	(1.012)	(3.338)	-	(38.500)
Saldo em 30 de junho de 2022	37.258	201.289	75.215	285.060	26.228	16.327	76.428	717.805
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 30 de junho de 2023, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$7.449 (R\$5.242 em 31 de dezembro de 2022).

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa futuras, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.c às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação dos saldos consolidados do imobilizado disponível para venda são conforme segue:

	<u>31.12.2022</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>30.06.2023</u>
Custo	461.614	(33.726)	427.888
Depreciação	(389.135)	28.700	(360.435)
Provisão para perda	(48.569)	3.321	(45.248)
	-----	-----	-----
	23.910	(1.705)	22.205
	=====	=====	=====

	<u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa (1)</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Transferência do imobilizado</u>	<u>30.06.2022</u>
Custo	550.701	8.644	(68.349)	(63.849)	256	427.403
Depreciação	(421.283)	-	6.078	56.523	(154)	(358.836)
Provisão para perda	(51.606)	-	-	7.025	-	(44.581)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	77.812	8.644	(62.271)	(301)	102	23.986
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) No primeiro trimestre de 2022, foi realizada venda de aeronave por R\$78,3 milhões (US\$15,4 milhões), onde R\$45,8 milhões foi liquidado no primeiro trimestre e o saldo do leasing à pagar, no valor de R\$31,4 milhões, transferido ao comprador. Com a venda do ativo, a Companhia apurou resultado, já deduzidas comissões e outras despesas relativas a venda, no valor de R\$6,1 milhões, apresentados na rubrica "Outras, líquidas".

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.06.2023			31.12.2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	20,9	2.513	(1.180)	1.333	1.743
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	42.779	(16.042)	26.737	30.878
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	24,4	106.817	(46.755)	60.062	49.442
Veículos	70,3	1.698	(1.210)	488	981
Propriedades para investimentos (1)		54.601	-	54.601	61.483
Total de direito de uso		208.408	(65.187)	143.221	144.527
Arrendamentos financeiros a receber (1)		89.048	-	89.048	100.241
		297.456	(65.187)	232.269	244.768
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.743	30.878	49.442	981	61.483	100.241	244.768
Variação cambial	-	(2.273)	-	-	(4.591)	(7.487)	(14.351)
Adições (1)	-	-	23.294	107	-	-	23.401
Baixas (2)	-	-	(3.441)	-	-	-	(3.441)
Amortização do período	(410)	(1.868)	(9.233)	(600)	-	-	(12.111)
Encargos	-	-	-	-	3.127	4.776	7.903
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(5.418)	(8.482)	(13.900)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.333	26.737	60.062	488	54.601	89.048	232.269
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – Lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191	8.781	37.153	62.343	348	70.416	114.667	293.899
Variação cambial	-	(568)	(2.361)	-	-	(4.411)	(7.179)	(14.519)
Adições (1)	2.227	-	-	9.320	982	-	-	12.529
Baixas (2)	-	(7.721)	-	(8.675)	-	-	-	(16.396)
Amortização do período	(201)	(492)	(1.857)	(9.818)	(406)	-	-	(12.774)
Encargos	-	-	-	-	-	3.334	5.091	8.425
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(5.372)	(8.342)	(13.714)
Saldo em 30 de junho de 2022	2.217	-	32.935	53.170	924	63.967	104.237	257.450
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.06.2023	31.12.2022
2023	8.143	17.579
2024	16.476	17.838
2025	16.662	18.039
2026 em diante	86.362	93.504
	-----	-----
	127.643	146.960
Ajuste a valor presente	(38.595)	(46.719)
	-----	-----
	89.048	100.241
Circulante	(15.506)	(16.661)
	-----	-----
Não circulante	73.542	83.580
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de junho de 2023, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Ágio na aquisição da AMMO (1)	-	27.303
Marcas – próprias (2)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (3)	9.811	10.848
Propriedade intelectual (4)	7.630	9.784
Pontos comerciais (luvas) (5)	13.182	18.771
Outros	7	8
Total	46.897	82.981

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	8	82.981
Adições	-	-	-	-	1.030	-	1.030
Baixas	-	-	-	-	(2.944)	-	(2.944)
Baixas de provisão para desvalorização	-	-	-	-	2.787	-	2.787
Baixa do ágio na aquisição da AMMO	(27.303)	-	-	-	-	-	(27.303)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	-	-	-	-	(4.550)	-	(4.550)
Amortização	-	-	(637)	(2.154)	(1.912)	(1)	(4.704)
Variação cambial	-	-	(400)	-	-	-	(400)
Saldo em 30 de junho de 2023	-	16.267	9.811	7.630	13.182	7	46.897

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (2)	Marcas - licença de uso (3)	Propriedade intelectual (4)	Pontos comerciais (5)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.303	16.267	11.482	13.996	25.077	10	94.135
Adições	-	-	-	725	-	-	725
Amortização	-	-	(583)	(2.468)	-	(1)	(3.052)
Variação cambial	-	-	506	-	-	-	506
Saldo em 30 de junho de 2022	27.303	16.267	11.405	12.253	25.077	9	92.314

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2022 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, a controlada indireta CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado. Em 30 de junho de 2023, devido a atual situação da controlada indireta, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado (apresentado na rubrica “Outras, liquidas – baixa ágio de controlada indireta”).

(2) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(3) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(4) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.e às demonstrações contábeis intermediárias.

(5) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$14.943 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2022), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos, e pelos fluxos de caixa das respectivas lojas. A partir de 2023, a controlada indireta AMMO, com base em eventos e circunstâncias atuais do mercado de varejo, passou a adotar o regime de vida útil definida para realização desses ativos, com base no prazo médio de seus contratos de locação e geração de caixa de suas lojas. Portanto, passou a amortizar o ativo em 5 anos a partir de seu valor líquido de provisão em 31 de dezembro de 2022, e consequentemente sem efeitos de amortização no período anterior.

Os itens (2) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Controladora	
	Moeda	de juros - %	mento	30.06.2023	31.12.2022
Moeda nacional:					
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,4 + CDI	2023	968	42.248
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2025	47.566	44.270
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	-	8.155
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,3 + CDI	2023	22.365	22.393
Outros	R\$	-	2023	718	561
				71.617	117.627
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	US\$	13,0	2023	1.068	1.140
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	1.687	45.874
				2.755	47.014
Total				74.372	164.641
Circulante				(35.372)	(125.641)
Não circulante				39.000	39.000

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	30.06.2023	31.12.2022
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	120,0 do CDI	2030	426.729	391.010
Bradesco S.A. (b) (1)	R\$	6,0 a 6,3 + CDI	2027	42.618	41.161
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,4 + CDI	2023	968	42.248
Banco BBM S.A. - CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	12.950	12.603
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2026	29.085	40.134
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	5,0 e 6,0 + CDI e 168,0 do CDI	2024	46.853	32.214
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2025	47.566	44.270
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	-	6
Banco Safra S.A.	R\$	6,5 a 10,7 + CDI	2026	22.487	59.540
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	-	13.752
Banco Daycoval S.A.	R\$	7,1 e 9,8 + CDI	2026	24.164	36.241
Banco Pine S.A.	R\$	9,1 + CDI	2023	581	1.263
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 a 8,3 + CDI	2028	41.016	40.120
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,3 a 18,0 + CDI	2025	46.194	49.734
Banco BTG Pactual S.A.	R\$	13,9	2023	-	2.277
Banco Santander S.A. (c) (1)	R\$	5,6 + CDI	2024	5.499	8.248
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	R\$	3,9 e 6,3 + CDI	2026	14.752	18.553
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	11.538	13.951
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	1.616	1.797
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	10.310	-
Outros	R\$	-	2026	28.723	30.616
				813.649	879.738
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2023	3.053	100
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	13,3 e 13,5	2023	-	8.031
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0	2024	64.014	67.162
Banco Industrial do Brasil S.A.- PPE/ACE	US\$	12,8 e 13,0	2023	6.811	1.140
Banco Safra S.A.	US\$	7,9	2023	-	18.590
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	1.687	45.874
				75.565	140.897
Total				889.214	1.020.635
Circulante				(366.386)	(873.790)
Não circulante				522.828	146.845

(1) Contém contratos da controlada indireta CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$15.135, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	873.790	15.135	888.925
Não circulante	146.845	(15.135)	131.710
Total dos Empréstimos	1.020.635	-	1.020.635

(a) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$409.534 em 30 de junho de 2023 e R\$375.214 em 31 de dezembro de 2022), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada indireta CSA, em parte dos contratos, empréstimos com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b) e (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos consolidados são como segue:

	2023	2024		2025	2026 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	72.247	35.434	22.263	65.489	231.296	426.729
Bradesco S.A.	3.022	7.772	5.304	10.608	15.912	42.618
Banco Votorantim S.A.	968	-	-	-	-	968
Banco BBM S.A. - CCB	3.819	4.214	4.214	703	-	12.950
Banco ABC do Brasil S.A.	1.286	1.158	6.950	13.899	5.792	29.085
Banco Fibra S.A. - CCE	30.860	9.070	6.923	-	-	46.853
Banco Fibra S.A. - CCB	8.566	-	-	39.000	-	47.566
Banco Safra S.A.	7.543	5.039	4.086	4.364	1.455	22.487
Banco Daycoval S.A.	3.152	4.623	3.512	7.024	5.853	24.164
Banco Pine S.A.	581	-	-	-	-	581
Banco Sofisa S.A.	8.976	6.620	6.065	6.574	12.781	41.016
Banco Industrial do Brasil S.A.	29.629	5.847	5.847	4.871	-	46.194
Banco Santander S.A.	2.832	2.667	-	-	-	5.499
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	2.808	2.528	3.186	5.573	657	14.752
Financiadora de Estudos e Projetos	2.395	2.385	2.385	4.373	-	11.538
Banco Daycoval S.A.	278	267	238	476	357	1.616
Banco Luso Brasileiro S.A.	1.645	1.333	1.331	2.667	3.334	10.310
Outros	10.864	10.393	1.948	3.895	1.623	28.723
	191.471	99.350	74.252	169.516	279.060	813.649
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	3.053	-	-	-	-	3.053
Banco do Brasil S.A.	-	64.014	-	-	-	64.014
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	6.811	-	-	-	-	6.811
SP Investidor IV, LLC	1.687	-	-	-	-	1.687
	11.551	64.014	-	-	-	75.565
Total	203.022	163.364	74.252	169.516	279.060	889.214

Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2023, vide maiores detalhes na nota explicativa nº29.c às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.06.2023			30.06.2022
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	1.020.635	338.520	1.359.155	1.489.431
Novas captações ou renovações	132.043	-	132.043	385.911
Juros provisionados (3)	87.457	31.700	119.157	116.218
Amortização de principal	(238.499)	(8.000)	(246.499)	(332.425)
Pagamento de juros	(80.575)	(7.778)	(88.353)	(99.854)
Variação cambial	(7.567)	-	(7.567)	(11.692)
Encargos antecipados, líquidos	1.426	1.642	3.068	(13.346)
Encerramento antecipado leasing	-	-	-	(31.397)
Alienação de créditos tributários (4)	(25.706)	-	(25.706)	-
Saldo no final do período	889.214	356.084	1.245.298	1.502.846
	=====	=====	=====	=====

(3) A taxa básica de juros – SELIC, do Banco Central do Brasil, acumulada no período findo em 30 de junho de 2023 foi de 6,44% (5,36% no mesmo período de 2022).

(4) Em Fevereiro de 2023, a controlada indireta CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada indireta CSA tratava a operação como um empréstimo, e manteve ambos saldos registrados no balanço. Devido a situação atual da controlada indireta CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em Junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”. Vide baixa do ativo na nota explicativa 21.d às demonstrações financeiras.

15. DEBÊNTURES

a) Em 26 de julho de 2021 a controlada indireta CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures

Quantidade de debênture emitida	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais
Vencimento inicial	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)

As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela controlada indireta CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na controlada indireta CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a

3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

(1) Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,8 vezes o saldo devedor das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 2,0 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela controlada SGPSA e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A controlada SGPSA na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes em 2021 e 2,5 vezes em 2022 e 2,25 vezes a partir de 2023; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a conclusão da venda de investimento na controlada indireta SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,65 vezes em 2022 e 2023 e 0,60 vezes a partir de 2024; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da controlada indireta SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Em 30 de junho de 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a essas debêntures, a controlada indireta CSA apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação balanço
Circulante	18.317	129.758	148.075
Não circulante	129.758	(129.758)	-
	-----	-----	-----
Total das Debêntures	148.075	-	148.075
	=====	=====	=====

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedades por Ações (1ª emissão de debêntures), as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Odernes"). As 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, poderiam ter sido subscritas até 1º de Junho de 2023. Como a subscrição não ocorreu, elas foram canceladas.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	20/06/2027
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Conversão em ações: As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO, no vencimento das debêntures ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações), sendo: (i) 25% do saldo das debêntures de forma mandatória e, (ii) 75% do saldo das debêntures a exclusivo critério do debenturista.

Destinação dos recursos: Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo.

Garantias:

Garantia Real: Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO

	30.06.2023	31.12.2022
Valor recebido:		
Valor subscrito	180.000	180.000
Comissão de estruturação	(4.950)	(4.950)
Despesas com assessores (reembolso)	(2.647)	(2.647)
	-----	-----
Total recebido	172.403	172.403
	=====	=====
Despesas de emissão:		
Comissão de estruturação total	8.250	8.250
Despesas com assessores	6.851	6.851
	-----	-----
	15.101	15.101
Amortização das despesas de emissão	(3.103)	(1.593)
	-----	-----
Total de despesas a amortizar	11.998	13.508
	=====	=====

Os recursos ingressaram na controlada indireta AMMO na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101, serão amortizadas mensalmente como custo da operação até o vencimento das debêntures.

Em 30 de junho de 2023, diante de obrigação ("Covenant") não cumprida, a controlada indireta AMMO, apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Exceto pelo não cumprimento dessa obrigação não pecuniária, a controlada indireta AMMO está adimplente com suas obrigações contratuais (vide nota explicativa nº 29.d às demonstrações contábeis intermediárias).

Os saldos das debêntures, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	30.06.2023	31.12.2022
Valor original	147.640	180.000	327.640	317.333
Encargos antecipados	(2.149)	(11.998)	(14.147)	(15.789)
Juros provisionados	2.584	40.007	42.591	36.976
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	148.075	208.009	356.084	338.520
Circulante	(148.075)	(208.009)	(356.084)	(17.763)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	320.757
	=====	=====	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2022
Mercado interno	278.174	279.194
Mercado externo	35.052	37.283
	-----	-----
	313.226	316.477
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 154 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2022).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a controlada indireta CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.598	1.014.075	1.651.486
	=====	=====	=====

A controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Saldo inicial	94.517	95.584
Apropriação das parcelas da outorga	3.193	3.170
Baixas (a)	(28.868)	(15.989)
Juros (7,5% a.a.)	15.691	14.893
Variação monetária (IGP-M)	(1.079)	6.961
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	83.454	104.619
Parcelas em atraso (b)	136.126	-
	-----	-----
Total	219.580	104.619
Circulante	(191.176)	(55.747)
	-----	-----
Não circulante	28.404	48.872
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em Maio de 2023, a controlada indireta CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de junho de 2023, somam R\$15.475 (R\$16.193 em 31 de dezembro de 2022) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.06.2023	31.12.2022
Imóveis	2024	1.416	1.810
SGUS (*)	2030	188.846	212.808
Imóveis – lojas	2028	63.895	53.436
Veículos	2023	507	1.002
		-----	-----
		254.664	269.056
Circulante		(59.068)	(58.734)
		-----	-----
Não circulante		195.596	210.322
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2023	2024		2025	2026 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	459	430	401	248	-	1.538
SGUS	17.667	17.742	17.809	35.842	183.619	272.679
Imóveis – lojas	13.300	12.115	11.048	18.316	21.204	75.983
Veículos	477	39	7	-	-	523
Total bruto	31.903	30.326	29.265	54.406	204.823	350.723
Ajuste a valor presente	(894)	(2.267)	(4.241)	(9.916)	(78.741)	(96.059)
Total a pagar	31.009	28.059	25.024	44.490	126.082	254.664
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.06.2023					30.06.2022
	Imóveis	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	1.810	212.808	53.436	1.002	269.056	320.615
Adições (1)	-	-	23.294	107	23.401	12.529
Baixas (2)	-	-	(3.737)	-	(3.737)	(18.446)
Encargos	77	10.368	2.477	39	12.961	14.895
Pagamentos	(471)	(18.445)	(11.575)	(641)	(31.132)	(32.043)
Variação cambial	-	(15.885)	-	-	(15.885)	(15.889)
Saldo no final do período	1.416	188.846	63.895	507	254.664	281.661
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 são como segue:

	30.06.2023					30.06.2022
	Imóveis	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	471	18.445	11.575	641	31.132	32.043
PIS e COFINS recuperado	-	-	(1.071)	-	(1.071)	(1.154)
Amortização de direitos de uso	(410)	(1.868)	(9.233)	(600)	(12.111)	(12.774)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	880	-	880	856
Encargos, líquidos	(77)	(2.465)	(2.477)	(39)	(5.058)	(6.470)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	191	-	191	298
Baixas, líquidas	-	-	296	-	296	2.050
Subarrendamentos recebidos	-	(13.900)	-	-	(13.900)	(13.714)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(16)	212	161	2	359	1.135
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.06.2023	31.12.2022
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2022 e 30 de junho de 2023.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado	
	A receber	
	30.06.2023	31.12.2022
Innotex International Ltd.	15.296	16.171
Holtex, Inc.	1.647	1.784
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR – em Recuperação Judicial	56.825	74.465
Wembley S.A.	133.127	130.651
	-----	-----
	206.895	223.071
	=====	=====
Encargos financeiros (consolidado)		
	30.06.2023	30.06.2022
Wembley S.A.	13.246	6.319
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. – ENCORPAR – em Recuperação Judicial	4.551	3.378
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	1.294	611
Innotex International Ltd.	377	199
Seda S.A.	41	939
Encorpar Empr. Imob. Ltda. – em Recuperação Judicial	(54)	(244)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(134)	(41)
Seda, Inc.	815	430
432 Park Avenue	45	-
Fazenda do Cantagalo Ltda. – em Recuperação Judicial	(368)	-
Parigi Imobiliária S.A.	(64)	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	-	76
Holtex, Inc.	-	24
	-----	-----
	19.749	11.691
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% a.a. (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 30 de junho de 2023, o valor de R\$1.468 estava contabilizado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante (R\$2.935 em 31 de dezembro de 2022), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No primeiro semestre de 2023, foi apropriado o valor de R\$1.468 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$1.468 no mesmo período de 2022). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em Recuperação Judicial, empresa ligada, e a controlada indireta CTS possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No primeiro semestre de 2023, foram efetuados pagamentos no valor de R\$413 (R\$380 no mesmo período de 2022).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022	30.06.2023	30.06.2022
Conselheiros (Companhia)	648	674	648	674
Conselheiros (Controladas)	-	-	1.629	1.291
Diretores estatutários (Companhia)	568	568	568	568
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	2.497	2.520
Outros diretores (controladas)	-	-	5.306	5.193
	-----	-----	-----	-----
	1.216	1.242	10.648	10.246
	=====	=====	=====	=====

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.06.2023					
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos	(434.599)	(57.407)	(534.502)	(114.738)	384.640	(756.606)
Equivalência patrimonial	403.196	-	-	-	(386.551)	16.645
Subvenção para investimentos	-	-	(1.004)	-	-	(1.004)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(25)	-	(25)
Outros	82	90	270	-	-	442
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(31.321)	(57.317)	(535.236)	(114.763)	(1.911)	(740.548)
Alíquota de 34%	10.649	19.487	181.980	39.019	651	251.786
Créditos fiscais não constituídos	(10.469)	(19.690)	(182.033)	(53.937)	(1.805)	(267.934)
Outros	-	(4)	(335)	-	12	(327)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	180	(207)	(388)	(14.918)	(1.142)	(16.475)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(207)	(338)	(26)	(1.142)	(1.713)
Impostos sobre o lucro – diferido	180	-	(50)	(14.892)	-	(14.762)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	180	(207)	(388)	(14.918)	(1.142)	(16.475)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	30.06.2022					
	CTNM	Oxford	CSA			CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	SGUS	Outros	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(153.410)	(23.742)	(214.413)	(7.145)	125.438	(273.272)
Equivalência patrimonial	132.894	-	-	-	(128.807)	4.087
Subvenção para investimentos	-	-	(10.207)	-	-	(10.207)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(802)	-	(802)
Outros	43	(180)	333	-	-	196
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(20.473)	(23.922)	(224.287)	(7.947)	(3.369)	(279.998)
Alíquota de 34%	6.961	8.134	76.258	2.702	1.146	95.201
Créditos fiscais não constituídos	(4.733)	9	(76.263)	(2.726)	(1.795)	(85.508)
Outros	-	30	(181)	-	11	(140)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	2.228	8.173	(186)	(24)	(638)	9.553
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(207)	(186)	(24)	(638)	(1.055)
Impostos sobre o lucro – diferido	2.228	8.380	-	-	-	10.608
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.228	8.173	(186)	(24)	(638)	9.553
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2022	Reconhecidos no		Variação cambial	Outros	Saldos em 30.06.2023
		Resultado	Patrimônio líquido			
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.981	(700)	-	-	-	3.281
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	185	-	-	-	-	185
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	185	-	-	-	(67)	118
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.124	(14.892)	-	(1.232)	-	-
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (CTS) (3) (a) (*)	4.028	-	-	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido (CTS) (3) (a) (*)	36.216	-	-	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(4.027)	-	-	-	-	(4.027)
	75.380	(15.592)	-	(1.232)	(67)	58.489
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(11.469)	900	-	-	-	(10.569)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(31.051)	-	-	-	-	(31.051)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(138)	(20)	-	-	-	(158)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(31)	-	-	-	12	(19)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(120.556)	(50)	-	-	-	(120.606)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(2.911)	-	1.055	-	-	(1.856)
Propriedades para investimento (CTS) (3) (p)	(5.143)	-	-	-	-	(5.143)
Diferenças temporárias (CTS) (3) (p)	(4.027)	-	-	-	-	(4.027)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	4.027	-	-	-	-	4.027
	(176.348)	830	1.055	-	12	(174.451)
Total de impostos diferidos, líquido	(100.968)	(14.762)	1.055	(1.232)	(55)	(115.962)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	54.431	(14.892)	-	(1.232)	(67)	38.240
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(155.399)	130	1.055	-	12	(154.202)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possuía R\$408.796 em prejuízos fiscais (R\$376.081 em 31 de dezembro de 2022) e R\$392.910 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$390.766 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2023	3.766	-	3.766
A partir de 2025	13.135	-	13.135
	-----	-----	-----
	16.901	-	16.901
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de junho de 2023, a controlada indireta CSA possuía R\$1.874.349 em prejuízos fiscais (R\$1.681.347 em 31 de dezembro de 2022) e R\$1.876.713 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.687.728 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de junho de 2023, a controlada indireta AMMO possuía R\$524.194 em prejuízos fiscais (R\$467.095 em 31 de dezembro de 2022) e R\$524.222 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$467.124 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização		Total
	Complexo comercial (10.1)	Complexo residencial (10.2)	Acreúna (10.5)	Montes Claros (10.6)	
Valor justo	380.562	49.211	30.380	63.889	524.042
Total do custo residual	(112.118)	(1.506)	(19.144)	(36.546)	(169.314)
	-----	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	268.444	47.705	11.236	27.343	354.728
	-----	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.271	16.220	3.820	9.295	120.606
	=====	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada indireta SGUS, possuía saldo de impostos diferidos ativos no valor de R\$16.124, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados.

Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, em 30 de junho de 2023, o saldo foi baixado (vide nota explicativa nº9.e às demonstrações contábeis intermediárias). O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$14,9 (US\$3,0 milhões).

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2023 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2023 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2023, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$1.243.707 em prejuízos fiscais (R\$1.326.905 em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta CTS:

A controlada indireta CTS, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2024	-	9.063	9.063
2025	-	9.390	9.390
2026	-	10.570	10.570
A partir de 2027	4.028	7.193	11.221
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2	2	36.615	35.773
Imposto de renda e contribuição social antecipados	11.944	7.249	40.392	31.508
PIS e COFINS a recuperar	7.484	7.548	11.858	22.512
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	1.449	2.520
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	5.742	7.331
Outros impostos a recuperar	-	-	3.025	782
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	24.771	20.140	104.422	105.767
	(11.952)	(7.321)	(50.894)	(53.486)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	12.819	12.819	53.528	52.281
	=====	=====	=====	=====

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os parcelamentos de impostos consolidado são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022
Parcelamentos Estaduais	77.949	62.695
Parcelamentos Federais	277.532	229.178
Outros parcelamentos	20.997	14.006
(-) Créditos a compensar (*)	-	(85.955)
	-----	-----
	376.478	219.924
Circulante	(128.273)	(105.796)
	-----	-----
Não circulante	248.205	114.128
	=====	=====

(*) Refere-se a direitos relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Devido a atual situação financeira da controlada indireta CSA, não há expectativas de recompra dos direitos creditórios, portanto, os saldos foram baixados em 30 de Junho de 2023. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica "Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos".

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024			2025	2026 a 2030	Total
	2023	Curto prazo	Longo prazo			
Parcelamentos Estaduais	14.417	9.186	10.432	15.296	28.618	77.949
Parcelamentos Federais	64.721	29.320	29.763	58.439	95.289	277.532
Outros parcelamentos	7.451	3.178	1.940	3.743	4.685	20.997
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	86.589	41.684	42.135	77.478	128.592	376.478
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$57.190, R\$179.515 e R\$1.885, respectivamente (R\$57.961, R\$169.213 e R\$1.779, respectivamente em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos tributários correspondem a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) auto de infração sobre apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$7.826); (iv) estorno de crédito de ICMS sobre energia elétrica (R\$4.547); (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (vi) Mandado de Segurança impetrado visando a manutenção de débitos em parcelamento PRORELIT (R\$2.255); (vii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$2.800); (viii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$2.830) e (ix) Auto de Infração de IOF sobre operações de mútuo (R\$919).

Os principais processos cíveis referem-se a: (x) Mandado de Segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia (R\$38.701); (xi) Ações Anulatórias com pedido de liminar visando cancelar algumas “Dações em pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão (R\$125.550). Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Processos tributários:				
INSS	310	207	772	669
IPI bandeira estrangeira	2.893	2.893	2.893	2.893
Outros	980	981	5.486	5.532
Trabalhistas	-	-	15.319	11.767
Cíveis e outras	5.720	6.054	14.124	14.403
	-----	-----	-----	-----
	9.903	10.135	38.594	35.264
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	8.155	8.349	30.747	25.921
	=====	=====	=====	=====

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

A controlada indireta CTS estima gastos de aproximadamente R\$3.260 (R\$3.278 em 31 de dezembro de 2022) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2022	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 30.06.2023
Processos tributários:					
INSS	669	103	-	-	772
IPI Bandeira Estrangeira	2.893	-	-	-	2.893
Outros	5.532	15	(61)	-	5.486
Trabalhistas	11.767	4.899	(965)	(382)	15.319
Cíveis e outras	14.403	568	(407)	(440)	14.124
	-----	-----	-----	-----	-----
	35.264	5.585	(1.433)	(822)	38.594
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de junho de 2023 e 2022:

	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2022</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	509	789
Custo dos juros, líquido	2.537	1.452
	-----	-----
Custo líquido do benefício	3.046	2.241
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	30.06.2023	31.12.2022
Provisão para plano de pensão	117.150	123.746
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.675	1.639
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	118.825	125.385
	-----	-----
Circulante (a)	(9.979)	(10.804)
	-----	-----
Não circulante	108.846	114.581
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	189	351	127.022	253.803
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	39.302	43.423
Duplicatas a receber	-	-	140.063	212.157
Valores a receber – clientes (c)	-	478	8.512	9.171
Valores a receber - venda de investimento (c)	-	45.875	-	45.875
Outros créditos a receber	5.832	9.581	14.467	11.939
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	2.581	8.315	12.976
Valores a receber – clientes (nc)	-	-	5.757	16.135
Partes relacionadas	341.385	351.207	206.895	223.071
Depósitos judiciais	8.155	8.349	30.747	25.921
Outros créditos e valores a receber	5	240	37.608	63.652
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	35.372	125.641	366.386	888.925
Debêntures (c)	-	-	356.084	17.763
Fornecedores	3.847	3.268	313.226	316.477
Concessões governamentais (c)	-	-	191.176	56.253
Outras contas a pagar	4.793	5.246	62.333	83.498
Empréstimos e financiamentos (nc)	39.000	39.000	522.828	131.710
Debêntures (nc)	-	-	-	320.757
Concessões governamentais (nc)	-	-	28.404	38.264
Partes relacionadas	503.432	468.819	-	-
Outras obrigações	643	643	28.806	24.417
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como,

comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	30.06.2023				
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	85.582	4.558.620	-	-	(3.460)
LAT Capital	19.208	-	3.986	-	(1.554)
Têxtil Guarani	1.242	-	-	1.873.886	(99)
SGUS	214.682	-	44.547	-	(28.093)
Santanense Argentina S.A.	(17)	(906)	-	-	9
Coteminas International Ltd.	13.392	-	2.779	-	(1.093)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(10)	(533)	-	-	6
	334.079	4.557.181	51.312	1.873.886	(34.284)
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(70.899)	-	(14.712)	-	8.575
SGUS	(218.509)	-	(45.341)	-	18.004
	(289.408)	-	(60.053)	-	26.579
Total de investimentos líquidos	44.671	4.557.181	(8.741)	1.873.886	(7.705)

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	30.06.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.484	1.459
Duplicatas a receber	24.929	39.165
Valores a receber - venda investimento	-	45.875
Fornecedores	(14.070)	(12.771)
Empréstimos e financiamentos	(72.512)	(140.798)
Partes relacionadas	81.187	128.869
Outras contas a pagar	(21)	(91)
Total da exposição em Reais	20.997	61.708
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	4.357	11.827

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de junho de 2023 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2023	Baixa do Dólar	17.640	749	(20.691)	(42.131)
2024	Baixa do Dólar	(13.283)	(2.264)	14.306	30.875
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. No primeiro semestre de 2022, a Companhia registrou um ganho de R\$10.226.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	163.456

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023 (*)	-	-	-	-	162.335
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	15.796
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	70.000	2.518	(506)	72.012	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	103.031	3.706	-	106.737	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029	75.600	2.719	(353)	77.966	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	95.857	3.448	-	99.305	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2030	51.656	1.858	-	53.514	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: março/2030	16.609	586	-	17.195	49.423
(referência à nota explicativa nº 14)				426.729	391.010
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	4.936	81	-	5.017	7.643
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	336	-	26.720	30.463
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	3.055
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	137	-	10.881	-
(referência à nota explicativa nº 14)				42.618	41.161

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,4% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: agosto/2023	936	32	-	968	42.248
(referência à nota explicativa nº 14)				968	42.248
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.762	185	-	6.947	6.690
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.921	82	-	6.003	5.913
(referência à nota explicativa nº 14)				12.950	12.603
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	4.091	334	-	4.425	5.351
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	3.423	74	-	3.497	4.838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	3.912	85	-	3.997	5.924
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	4.401	97	-	4.498	6.665
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	3.912	85	-	3.997	5.533
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	2.091	45	-	2.136	2.958
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	171	-	2.262	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	47	-	2.138	2.955
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2026	2.091	44	-	2.135	2.955
(referência à nota explicativa nº 14)				29.085	40.134

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: agosto/2023	1.876	7	(53)	1.830	7.304
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2024	5.333	14	-	5.347	9.937
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2023	14.600	1.776	-	16.376	14.973
Contrato de empréstimo -- Juros: 168,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2024	23.000	300	-	23.300	-
(referência à nota explicativa nº 14)				46.853	32.214
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0% do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2025	39.000	8.566	-	47.566	44.270
(referência à nota explicativa nº 14)				47.566	44.270
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 10,7% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: julho/2023	1.046	55	-	1.101	14.216
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	2.497
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	4.286	155	-	4.441	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	4.286	87	-	4.373	5.262
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.063
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2023	-	-	-	-	5.043
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: março/2023	-	-	-	-	5.076

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: abril/2026	12.000	572	-	12.572	12.025
(referência à nota explicativa nº 14)				22.487	59.540
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	8.155
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal - CCB Vencimento: abril/2023	-	-	-	-	5.597
(referência à nota explicativa nº 14)				-	13.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.073	132	-	3.205	4.916
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	3.339	142	-	3.481	5.342
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	3.333	84	-	3.417	4.482
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.135	176	-	4.311	6.538
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	5.310	226	-	5.536	8.496
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,8% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026	4.042	172	-	4.214	6.467
(referência à nota explicativa nº 14)				24.164	36.241
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: julho/2023	548	33	-	581	566
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,1% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: junho/2023	-	-	-	-	697
(referência à nota explicativa nº 14)				581	1.263
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2023	-	-	-	-	10.167

Descrição	30.06.2023			31.12.2022	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	5.278	194	-	5.472	6.492
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	5.278	126	-	5.404	6.475
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: outubro/2022	-	-	-	-	7.854
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: julho/2023	96	4	-	100	1.461
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027	2.300	120	-	2.420	529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027	2.700	140	-	2.840	305
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,1% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024 (*)	-	-	-	-	2.746
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	4.091
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	18.800	1.505	-	20.305	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028	4.200	275	-	4.475	-
(referência à nota explicativa nº 14)				41.016	40.120
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2023	1.000	31	-	1.031	1.031
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: setembro/2023	22.000	365	-	22.365	22.393
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025	22.413	385	-	22.798	26.310
(referência à nota explicativa nº 14)				46.194	49.734

Descrição	30.06.2023			31.12.2022
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2024	5.333	166	-	5.499
(referência à nota explicativa nº 14)				5.499
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: outubro/2025	5.591	33	-	5.624
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2025	5.791	105	-	5.896
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: maio/2026	3.158	74	-	3.232
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2023	-	-	-	-
(referência à nota explicativa nº 14)				14.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027	10.000	310	-	10.310
(referência à nota explicativa nº 14)				10.310
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 9,25% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	129.333	20.891	(2.149)	148.075
(referência à nota explicativa nº 15)				148.075
	869.017	53.891	(3.061)	919.847
	=====	=====	=====	=====

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de junho de 2023, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo Médio	Cenários		
			Provável	II	III
2023	Alta da taxa	825.857	66.099	76.990	90.287
2024	Alta da taxa	603.445	86.151	81.404	94.135
2025	Alta da taxa	502.564	82.496	75.157	88.070
2026	Alta da taxa	327.526	49.775	46.822	54.558
2027	Alta da taxa	233.059	34.811	34.625	40.489
2028	Alta da taxa	150.072	22.368	22.784	26.574
2029	Alta da taxa	81.107	11.907	12.002	13.863
2030	Alta da taxa	28.439	2.801	2.724	2.952
2031	Alta da taxa	5.333	412	396	421
		-----	-----	-----	-----
		2.757.402	356.820	352.904	411.349
		=====	=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 30 de junho de 2023, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2023	31.12.2022	30.06.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	74.372	164.641	889.214	1.020.635
Debêntures	-	-	356.084	338.520
Caixa e equivalentes de caixa	(189)	(351)	(127.022)	(253.803)
Títulos e valores mobiliários	-	(2.581)	(47.617)	(56.399)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	74.183	161.709	1.070.659	1.048.953
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(42.470)	396.550	(56.400)	724.409
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	31.713	558.259	1.014.259	1.773.362
	=====	=====	=====	=====
Total da dívida líquida	74.183	161.709	1.070.659	1.048.953
Valores vinculados a empréstimos (*)	-	(45.875)	-	(45.875)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	74.183	115.834	1.070.659	1.003.078
	=====	=====	=====	=====

(*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações contábeis intermediárias.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: “Atacado”, “Varejo” e “Brins”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

As vendas realizadas pela controlada indireta CSA para as controladas indiretas AMMO e CTS, são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas

realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado, Varejo e Brins. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

30.06.2023					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	163,0	173,4	4,5	-	340,9
Custo dos produtos vendidos	(125,3)	(83,7)	(4,1)	-	(213,1)
Custo de ociosidade e outros	(125,8)	-	(32,3)	-	(158,1)
Lucro bruto	(88,1)	89,7	(31,9)	-	(30,3)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(112,0)	(113,4)	(14,0)	(9,6)	(221,6)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(16,6)	(16,6)
Provisão para reestruturação	(42,9)	-	-	-	(42,9)
Outros	(327,6)	(6,4)	(2,0)	(106,4)	(226,8)
Resultado operacional	(327,6)	(30,1)	(47,9)	(132,6)	(538,2)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(38,5)	-	(167,1)	(205,6)
Variação cambial	-	(0,2)	-	(12,6)	(12,8)
Resultado antes dos impostos	(327,6)	(68,8)	(47,9)	(312,3)	(756,6)
Depreciação e amortização	29,5	15,9	5,4	0,8	51,6
	=====	=====	=====	=====	=====
30.06.2022					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	438,6	187,2	247,6	-	873,4
Custo dos produtos vendidos	(318,4)	(94,7)	(221,5)	-	(634,6)
Custo de ociosidade e outros	(32,2)	-	(1,7)	-	(33,9)
Lucro bruto	88,0	92,5	24,4	-	204,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(126,0)	(99,6)	(29,9)	(12,6)	(268,1)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(4,1)	(4,1)
Outros	(0,6)	2,4	-	7,1	8,9
Resultado operacional	(38,6)	(4,7)	(5,5)	(9,6)	(58,4)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(13,9)	-	(194,5)	(208,4)
Variação cambial	-	(0,2)	-	(6,3)	(6,5)
Resultado antes dos impostos	(38,6)	(18,8)	(5,5)	(210,4)	(273,3)
Depreciação e amortização	32,5	13,5	5,4	2,1	53,5
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	159,7	391,6
Produtos intermediários	7,9	294,6
Varejo	173,3	187,2
	-----	-----
	340,9	873,4
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	2,7	8,1
Produtos intermediários	0,6	8,8
	-----	-----
	3,3	16,9
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 30 de junho de 2023.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	430.783	1.161.180
Deduções das receitas	(89.874)	(287.753)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	340.909	873.427
	=====	=====

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(274.767)	(640.476)
Benefícios a empregados	(179.940)	(188.568)
INSS	(24.794)	(25.448)
Depreciação e amortização	(51.647)	(53.470)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(61.695)	(28.653)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(592.843)	(936.615)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.06.2023	30.06.2022
Custo dos produtos vendidos	(213.063)	(634.599)
Custo de ociosidade e outros	(158.134)	(33.880)
Vendas	(135.784)	(178.634)
Gerais e administrativas	(75.214)	(79.256)
Honorários da administração	(10.648)	(10.246)
	-----	-----
Total das despesas por função	(592.843)	(936.615)
	=====	=====

28. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	30.06.2023	30.06.2022
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(434.419)	(151.182)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(14,1798)	(4,9347)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Top Fashion (SHEIN)

Em 20 de abril de 2023 a Companhia divulgou fato relevante informando que assinou Memorando de Entendimentos, com a SHEIN, empresa sediada em Singapura, para o estabelecimento de parceria envolvendo: (i) esforço conjunto para que 2.000 de seus clientes confeccionistas passem a ser fornecedores da SHEIN para atendimento do mercado doméstico e da América Latina, (ii) financiamento para capital de trabalho, (iii) contrato de exportação de produtos para o lar.

Com o referido acordo, recursos suficientes serão destinados à Companhia, em forma de empréstimos conversíveis em ações e com único vencimento para 3 anos destinados a recompor seu capital de giro.

Em julho de 2023, foi concluído contrato de empréstimos entre a controlada indireta CTS e a TopFashion (SHEIN) no valor de US\$20.000 com vencimento em junho/26 e pagamento de juros anuais.

b) Reestruturação operacional

Em julho de 2023, no contexto de reestruturação de seu plano de negócios, a controlada indireta CSA firmou acordo com os sindicatos dos trabalhadores em Montes Claros, Blumenau e João Pessoa, para redução do quadro de funcionários e seus termos de pagamento.

Com o referido acordo, uma redução de 1.709 funcionários ocorreria em até 90 dias, passando a controlada indireta CSA a ter 4.272 funcionários no Brasil. Os custos com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$42.929, e seriam pagos em até 12 parcelas.

Entre outubro de 2023 e abril de 2024, no âmbito dos acordos sindicais, a controlada indireta CSA incluiu a demissão de mais 2.710 funcionários em seu plano de reestruturação. Os custos totais das demissões, com multas e benefícios acordados somam aproximadamente R\$104,0 milhões, dos quais R\$81,7 foram incluídos na Recuperação Judicial. Em 30 de junho de 2023, estão provisionados R\$42.929 na rubrica "Provisão para reestruturação" no passivo circulante que era o valor correspondente aos 1.709 funcionários.

Considerando o aumento dos processos judiciais trabalhista após Junho de 2023 até Maio de 2024, a controlada indireta CSA complementou o saldo de provisão para perdas trabalhistas em aproximadamente R\$68,3 milhões, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em 2 de abril de 2024, a controlada SGPSA divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada indireta CSA com a desativação de duas plantas industriais e consequentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Os impactos contábeis dessas medidas somente serão refletidos nas Informações Trimestrais de março de 2024, com a classificação em "Propriedades para Investimento".

O valor justo dessas unidades fabris, apurados em laudo de avaliação feito pela Mercatto, sem a inclusão de máquinas e equipamentos que serão disponibilizados para a venda, é de R\$510,1 milhões com um aumento no patrimônio líquido de R\$274,8 milhões, líquidos da provisão para imposto de renda.

Em 2024, no contexto de uma reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO decidiu pelo fechamento de 25 lojas próprias que ainda estão em curso. Com essa decisão, os valores referentes as benfeitorias em imóveis de terceiros e outros ativos imobilizados, como também aos pontos comerciais, deixaram de ser recuperáveis e, portanto, foi efetuada provisão para perdas na realização desses ativos no valor de R\$2.352 e R\$4.550 respectivamente, já reconhecidas nestas informações trimestrais (vide notas explicativas nº11 e nº13).

c) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco ABC – Em dezembro de 2023, as controladas indiretas CSA e CTS realizaram acordo extrajudicial, repactuando dividas no montante de R\$54.158, considerando taxa de juros anual de 2,0% a 6,3% + CDI e 155% CDI e vencimento até janeiro de 2027. Os empréstimos são garantidos por: (i) hipoteca de imóveis das controladas indiretas CSA e da CTS; (ii) garantia fiduciária; (iii) terceiro garantidor controladas indiretas CSA e CTS e; (iv) avais e coobrigado.

Banco do Brasil – Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$468.713, considerando taxa de juros anual de 100% CDI e vencimento para dezembro de 2033. A amortização mensal dos juros a partir de 2026 e do principal a partir de 2029. Em abril de 2024, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$49.815, considerando taxa de juros anual de 6,52% e vencimento para janeiro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos; (ii) fiança do controlador e da controlada SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Banco Safra – Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS realizaram acordo extrajudicial, repactuando dividas no montante de R\$21.580, considerando taxa anual de 6,2% e 6,6% + CDI e vencimento até fevereiro de 2029. A amortização do principal a partir de abril de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

Banco Luso Brasileiro - Em março de 2024, a controlada indireta CSA entregou o imóvel de Acreúna em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco no valor de R\$11.253, com opção de recompra do imóvel e direito de preferência. Com a transação, os empréstimos com o banco foram quitados em sua totalidade. Nesta operação houve uma perda no montante de R\$19.114, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Banco Sofisa - Em março de 2024, as controladas indiretas CSA e CTS entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de empréstimos com o Banco no valor de R\$34.776, via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (controlada indireta CSA e Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial). Nesta operação, a controlada indireta CSA reconheceu um ganho de R\$25.848, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Banco Bradesco - Em março de 2024, a Companhia realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau e Banco Bradesco, através de desapropriação de imóvel com recebimento de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma:

a) Justiça do Trabalho de Blumenau no montante total de R\$11.257, recebimento em 20 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC (taxa básica de juros da economia) para abatimento de dívidas trabalhistas da controlada indireta CSA no Município.

b) Banco Bradesco no montante total de R\$1.965, recebimento em 4 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC que abaterá parcelas atrasadas do empréstimo da controlada SGPSA com a FINEP (operação afiançada pelo Banco Bradesco).

c) controlada indireta CSA no montante total de R\$8.756, recebimento em 16 parcelas mensais iguais atualizadas pela variação positiva da taxa SELIC. Os valores a receber pela controlada indireta CSA serão destinados a um fundo de reservas para quitação do empréstimo da controlada SGPSA com a FINEP.

Banco Daycoval – Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou dívidas dos empréstimos NCE no montante de R\$21.084, considerando taxa de juros anual de 9,25% + CDI e vencimento para outubro de 2026. Em abril de 2024, a controlada indireta CSA repactuou empréstimo CCB no montante de R\$2.689, considerando taxa de juros anual de 19,14% + CDI e vencimento para outubro de 2025. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador; e (ii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Banco Industrial do Brasil – Em 06 de maio de 2024, a Companhia e algumas empresas do grupo (Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em Recuperação Judicial e Seda S.A.), proprietárias dos imóveis, entregaram esses imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco, no valor total de R\$64.340 (R\$ 29.831 em empréstimos da Companhia). Nesta operação a Companhia obteve uma perda no montante de R\$26.227 referente ao imóvel de sua propriedade, que não estão refletidos nessas demonstrações contábeis intermediárias.

Em julho de 2024, a controlada indireta CTS captou novo empréstimo CCB no montante de R\$5.000, considerando taxa de juros anual de 6,93%+CDI e vencimento para novembro de 2024. Em agosto de 2024, a controlada indireta CTS captou novo empréstimo ACC no montante de R\$1.909, considerando taxa de juros anual de 13,2% e vencimento para outubro de 2024. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador (ii) cessão fiduciária de duplicatas das controladas indiretas CSA e CTS.

Banco Fibra – Em junho de 2024, a Companhia e as controladas indiretas CSA e CTS repactuaram dívidas dos empréstimos no montante de R\$ 44.973, considerando taxa de juros anual de 3% +CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75% +CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização anual do principal a partir de 2025. Em agosto de 2024, a Companhia captou novo empréstimo no montante de R\$12.000, considerando taxa de juros anual de 3%+CDI durante 24 meses e após, taxa de juros anual de 6,75%+CDI e vencimento para junho de 2029. A amortização semestral do principal a partir de 2026. Os empréstimos são garantidos por: (i) avais do controlador, da controlada indireta CSA e da Companhia (ii) cessão fiduciária de duplicatas, direitos creditórios e cédula de produto rural (iii) alienação fiduciária de bens imóveis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Industria Exodus Institucional – Em junho de 2024, a controlada indireta CTS captou novos empréstimos CCB no montante de R\$6.291, com taxa de juros anuais 16,77% e 34,77% + CDI e vencimento para julho de 2024 e junho de 2025. Realizado pagamento antecipado dos juros. Os empréstimos são garantidos por: (i) garantias fidejussória do controlador e diretora da controlada indireta CTS; (ii) alienação fiduciária de imóveis; e (iii) cessão fiduciária de recebíveis e cotas de fundo de investimento.

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A. – Em junho de 2024, a controlada indireta CTS captou novo empréstimo no montante de R\$916, com taxa de juros anuais pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) e vencimento para setembro de 2024. O empréstimo é garantido por: (i) avais do controlador e diretora da controlada indireta CTS; e (ii) nota promissória.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de Junho de 2023.

d) Debentures - AMMO

Em dezembro de 2023, pelo não cumprimento de certas cláusulas contratuais não pecuniárias, o debenturista Odernes enviou correspondência para a sua controlada indireta AMMO, e para a controlada indireta CSA notificando ambas de que foi verificada a quebra de cláusula contratual e que poderia pedir o vencimento antecipado das debêntures, mas não o fez.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controlada indireta AMMO e a controlada indireta CSA, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em 8 de maio de 2024, a controlada SGPSA e a controlada indireta AMMO divulgaram fato relevante sobre notificação enviada pelo debenturista Odernes, alegando o vencimento antecipado, e a consequente excussão das garantias exigindo a consolidação da propriedade das ações de emissão da controlada indireta AMMO.

A controlada indireta CSA, por sua vez, contranotificou o debenturista informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, a controlada indireta CSA juntamente com outras empresas do grupo, em 6 de maio de 2024, requereram Recuperação Judicial e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa entre as partes. No referido acordo, além de garantias adicionais, inclusive a marca Mmartan, foram pactuados pagamentos trimestrais a partir de dezembro de 2025 de parcelas fixas de R\$3.750 até dezembro de 2029, e pagamento do saldo devedor até dezembro de 2029. Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre o principal não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures

e) Outros eventos subsequentes

- Investimento em coligada na AMMO - Em Outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou aporte de capital na coligada A11I Tecnologia S.A. com ativos do imobilizado no valor de R\$ 334 e propriedade intelectual no valor de R\$6.905. Na operação foi apurado um ganho de participação no montante de R\$6.603.

A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

- Venda imóvel Vinhedo – Em Outubro de 2023, a Companhia alienou o referido imóvel para a controlada indireta CSA, pelo valor justo contabilizado de R\$63.800, através de saldos de mútuos entre as empresas.

- Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de julho de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

* * * * *



COTEMINAS

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2023, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 26 de setembro de 2024.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores



COTEMINAS

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2023, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 26 de setembro de 2024.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor de Relações com Investidores